



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 24, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2013
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 25, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2013
3. REQ. N. 1978/13, DATADO DE 03/12/2013 – PC N.º 365/13, DATADO DE 04/10/2013 – CHAINS OF FUN – BAR, LDA.
4. REQ. N. 1826/13, DATADO DE 11/11/2013 – PC N.º 426/13, DATADO DE 11/11/2013 – ICEBEL-MAQ. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, LDA.
5. REQ. N. 1963/13, DATADO DE 29/11/2013 – PC N.º 432/13, DATADO DE 14/11/2013 – BOLLINGHAUS PORTUGAL-AÇOS ESPECIAIS, LDA.
6. REQ. N. 1927/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 286/11, DATADO DE 27/07/2011 – SPORTING CLUBE MARINHENSE

7. REQ. N. 1875/13, DATADO DE 19/11/2013 – PC N.º 254/13, DATADO DE 05/08/2013 – JOANA RITA DA SILVA FERREIRA
8. REQ. N. 1890/13, DATADO DE 20/11/2013 – PC N.º 162/12, DATADO DE 06/06/2012 – CARLOS MANUEL GAMEIRO
9. REQ. N. 1910/13, DATADO DE 25/11/2013 – PC N.º 55/13, DATADO DE 04/03/2013 – RTJ PLASTICOS, S.A.
10. REQ. N. 1973/13, DATADO DE 02/12/2013 – PC N.º 124/13, DATADO DE 29/04/2013 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA E SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA
11. REQ. N. 1889/13, DATADO DE 20/11/2013 – PC N.º 395/13, DATADO DE 25/10/2013 – JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ
12. REQ. N. 1924/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 441/13, DATADO DE 26/11/2013 – VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO
13. REQ. N. 885/13, DATADO DE 13/06/2013 – PC N.º 157/13, DATADO DE 22/05/2013 – VANESSA ANDREIA FELICIANO E ROCHA
14. REQ. N. 1917/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 378/13, DATADO DE 14/10/2013 – JOSÉ SANTOS CRUZ
15. REQ. N. 1497/11, DATADO DE 22/07/2011 – PC N.º 269/11, DATADO DE 22/07/2011 – FERNANDO DO ROSARIO DA CRUZ NETO
16. REQ. N. 1705/13, DATADO DE 22/10/2013 – PC N.º 439/05, DATADO DE 17/06/2015 – JOSE ANTÓNIO MODERNO DAS NEVES
17. REQ. N. 425/12, DATADO DE 08/03/2012 – PC N.º 585/07, DATADO DE 26/09/2007 – CIDÁLIA NEVES LUIS
18. REQ. N.º 1975/13, DATADO DE 02/12/2013 – PC N.º 576/03, DATADO DE 18/07/2003 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.
19. REQ. N.º 1975/13, DATADO DE 02/12/2013 – PC N.º 576/03, DATADO DE 18/07/2003 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.
20. REQ. N. 1913 /13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 439 / 13, DATADO DE 26/11/2013 – EDUARDO ARMANDO DE MATOS CAPINHA LOPES E OUTRO
21. REQ. N. 1911/13, DATADO DE 25/11/2013 – PC N.º 251/13, DATADO DE 01/08/2013 – TECNIMOPLÁS - INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES

22. REQ. N. 1626/13, DATADO DE 10/10/2013 – PC N.º 47/13, DATADO DE 22/02/2013 – NUNO MIGUEL CARPINTEIRO ANDRÉ
23. REQ. N. 2011/13, DATADO DE 09/12/2013 – PC N.º 187/08, DATADO DE 14/05/2008 – MARIA LUÍZA FERNANDES AGOSTINHO CASTANHEIRA COSTA E FLORA MARIA FERNANDES AGOSTINHO PASCOAL DE CARVALHO
24. REQ. N. 1628/13, DATADO DE 10/10/2013 – PC N.º 91/04, DATADO DE 30/01/2004 – VECOGEST, LDA
25. REQ. N. 1949/13, DATADO DE 28/11/2013 – PC N.º 459/2013, DATADO DE 28/11/2013 – IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA.
26. ALIENAÇÃO DO LOTE DE TERRENO EM VIEIRA DE LEIRIA - PERDA DO EFEITO DA ARREMATACÃO E DO DIREITO AO SINAL PAGO
27. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELA OCORRÊNCIA DO PASSADO DIA 3 DE AGOSTO DE 2013, NO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL – ROSA MARIA VIDINHA LOURAÇO JUSTINIANO – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.
28. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
29. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.
30. ALTERAÇÃO DOS POSTOS DE COBRANÇA NO GABINETE DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE
31. ANULAÇÃO DE GUIAS DE RECEITA
32. CONSTRUÇÃO DE JAZIGO
33. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE RUI MANUEL SOARES CUNHA, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO M 1.º DTO - CASAL DE MALTA - POR MORTE DO PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO: LEONEL VIEIRA CUNHA.
34. REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.º DIREITO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA – RUI MANUEL SOARES CUNHA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

35. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE ÍRIA DOS ANJOS DA SILVA MARQUES DUARTE, RESIDENTE NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 1 RÉS-DO-CHÃO ESQUERDO - CASAL DE MALTA - POR MORTE DO PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO: ALBINO VITÓRIA DUARTE
36. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. ÁREA DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
37. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 3.ª FASE. ÁREA DESPORTIVA
38. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 3.ª FASE. ÁREA CULTURAL
39. PROPOSTA APRESENTADA PELO SR. VEREADOR CARLOS LOGRADO
40. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Carlos Logrado solicitou as respostas aos seguintes requerimentos que apresentou na passada semana:

⇒ Pastelaria Avenida – não está presente a resposta, há queixas do requerente quanto ao trato no decorrer do processo, terá havido falhas dos serviços da Câmara, que emitiram uma licença que não corresponde ao requerido e alguns exageros no atendimento;

O **Sr. Presidente** informou que dará a resposta antes da próxima reunião.

⇒ Disposição da mesa de reuniões – é desconfortável estar de costas pelo que pediu que seja resolvido.

O **Sr. Presidente** informou que neste momento não tem resposta, tendo o Sr. Vereador perguntado para quando. O Sr. Presidente disse que será o mais rápido possível, tendo o Sr. Vereador retorquido que essa resposta não lhe serve. O Sr. Presidente concluiu a troca de palavras dizendo que a sala de reuniões é uma sala de trabalho e a mesa é uma mesa de trabalho. O Sr. Vereador informou que vai manter esta questão até que a situação seja resolvida.

O Sr. Vereador António Santos abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Solicitou a resposta às questões colocadas na anterior reunião, relativas à Ribeira das Bernardas e à Casa da Cultura.
- ⇒ Manifestou desagrado por terem sido retiradas as pedras que estavam no Ribeiro de S. Pedro, e que eram muito bonitas e ficavam bem.
- ⇒ Referiu, relativamente aos fundos comunitários, que os fundos do QREN vão acabar e nós não aproveitámos. A partir de 01/01/2014 “Portugal 20/20” serão os novos fundos comunitários, que vão deixar de ser para obras essenciais, como o saneamento e as estradas, e passam a ser para valores, como sejam a ação social, os deficientes, o saber, o conhecimento, e deste modo a nossa piscina não se poderá concretizar. Na sua opinião uma boa lei tem sempre exceções, e esta lei dos novos fundos comunitários deverá ser aproveitada ao máximo, com os melhores técnicos da Câmara.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Insistiu na questão da disposição da sala, pedindo, se for possível, que a situação seja resolvida de modo satisfatório para todos.
- ⇒ Retomou os assuntos da última reunião, referindo em relação a cada um deles:
 - não lhe foi solicitada a colaboração para o orçamento, o que não é grave;
 - perguntou se há alguma data indicadora para a disponibilização do espaço físico para os vereadores;
 - perguntou também para quando o endereço de e-mail para todos os Vereadores;
 - solicitou informação sobre as obras com mais de 2 anos, recebeu resposta, e deixou claro que apenas pretendia perceber e não atribuir culpas à Câmara. O ficheiro que recebeu, talvez por engano, referia-se não às obras com mais de 2 anos mas sim com menos de 2 anos, tendo verificado que são muitos processos, o que demonstra a dinâmica do nosso concelho;
 - referiu que as atas demoram muito tempo a ser publicadas no site;
 - insistiu no envio das informações técnicas, porque continua a pensar que são importantes para a análise dos processos incluídos na ordem do dia.
- ⇒ De seguida referiu-se à exposição de marionetas que está exposta no foyer do Museu do Vidro, declarando o seguinte:

“Exposição de Marionetas “16 anos a trabalhar para o boneco”

Gostaria de elogiar esta iniciativa, mas confesso que achei que ficámos a meio termo. É evidente que não estava preparada esta exposição, e questiono qual o seu objectivo.

A assistir à abertura éramos meia dúzia e questiono quantas pessoas desde sábado visitaram esta exposição? E as que hoje mesmo a forem visitar não perceberão o imenso conteúdo de cada cenário.

Os espectáculos de marionetas são partilha do imaginário dos mais velhos e a maravilha de qualquer criança.

Não quero fazer críticas avulsas, até porque já elogiei a iniciativa, mas gostaria de deixar propostas de valorização desta acção e de outras a fazer no futuro:

- a) Cada grupo de bonecos devia ter uma legenda, onde se contasse a história daquelas marionetas. Podíamos até colocar fotos de espectáculos. Ou colocar um ecrã com filmes da actuação deste grupo de marionetas. Quando daqui saírem experimentem ir visitar a exposição e verão marionetas muito bem feitas, agrupadas por cada história, mas que, sem uma explicação, ficarão sem saber o significado, por exemplo de que um daqueles grupos de marionetas ganhou um prémio pelo clip que fizeram dos "The Gift".*
- b) A divulgação tem de ser muito além da net (site, Facebook, mails), tem que ser focalizada em públicos específicos.*
- c) A inauguração tem de ser de casa cheia, e para isso temos de ter imaginação, por exemplo ter um espectáculo na sessão de abertura, e envolver "clientes" que tenhamos a certeza que estarão presentes.*
- d) As Marionetas são símbolos de movimento, de histórias, por isso expor bonecos estáticos não dá dinâmica nem torna viva a acção.*
- e) Este grupo de marionetas conta histórias de Portugal. Devíamos chamar as crianças a ver uma actuação, por isso recomendo que se vá às escolas "vender" a iniciativa aos professores e às crianças. Relembro para sempre os dias 1 de Dezembro quando havia sessões de cinema gratuito no Teatro Stephens. Foi assim a minha primeira ida ao cinema. Envolvendo as escolas teríamos casa cheia e apresentávamos um momento cultural às crianças.*
- f) Se não tem impacto no público não serve de nada ter uma iniciativa destas. E pouco nos vale dizer que a culpa é dos cidadãos que não participam.*

No fundo, o que quero dizer é que a exposição não tem que ser estática mas sim dinâmica, tem que envolver a comunidade, não basta existir... Tem que haver uma outra política cultural no Município."

O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Saudou todos os presentes e agradeceu as palavras do Vereador Aurélio Ferreira. Referiu que a exposição é extraordinária e que aceita com toda a naturalidade e frontalidade as sugestões que ajudem a melhorar o seu trabalho, mesmo que às vezes não concorde. Reconheceu que há falhas em termos de divulgação, e que têm de se encontrar formas de melhorar, embora isso não garanta o êxito, pois depende das pessoas e cada vez mais há dificuldade em envolver as pessoas nas iniciativas, nomeadamente os jovens. Terminou afirmando que agradece e regista os contributos.

- ⇒ Informou e convidou os presentes para a representação dos D. Robertos que se vai realizar na praça, no próximo sábado, às 15:30 horas, integrada numas primeiríssimas medidas para animar o centro histórico. Referiu que o tempo é curto para programar melhor, mas que se optou por fazer pouco e simples, em detrimento de não fazer nada.
- ⇒ Divulgou ainda o lançamento do livro da Dr.ª Alda Fernandes, que decorrerá na Biblioteca Municipal, referindo que há falhas de percurso, o tempo é muito curto, mas tem havido um trabalho exaustivo de levantamento de problemas com as coletividades, para conhecê-los bem e depois se poder intervir.
- ⇒ Sobre a questão trazida pelo Vereador Logrado relativa à Pastelaria Avenida, referiu que são levantados alguns problemas que poderão ser graves, porque mais do que a emissão de uma licença errada, o que está em causa é o comportamento dos funcionários e o tratamento dos munícipes por parte dos funcionários. Dirigindo-se ao Sr. Presidente disse que tem que se investigar se há aqui alguma verdade, propondo que seja acionado um processo de inquérito para determinar, ouvindo a pessoa em causa, os funcionários, até o próprio Vereador, para saber se há ou não matéria disciplinar. É de opinião que tem de se atuar para se esclarecer, a bem da verdade e da dignidade de todos, para que as coisas não fiquem no ar.
- ⇒ Sobre a criação dos e-mail's para todos os Vereadores, entende que devem ser dadas indicações aos serviços nesse sentido.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** abordou a questão relativa à inscrição para o atendimento público na reunião, uma vez que hoje há pessoas que não se inscreveram mas que querem intervir.

O **Sr. Presidente** informou que têm que se inscrever até à sexta-feira anterior à realização da reunião.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que para maior celeridade nas respostas os munícipes dever-se-ão inscrever com antecedência.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que tal como os Vereadores nem sempre têm respostas imediatas, também não vê mal em que os munícipes não obtenham respostas imediatas, é um tratamento equitativo, tanto mais que quando se deliberou sobre este assunto foi aceite a inscrição prévia mas não se quantificou a data, bastando que o seja feito antes da hora de início da reunião. Não lhe parece que esteja em ata a data que o Presidente referiu, tanto mais que a proposta era sua.

O **Sr. Presidente** propôs que se votasse esta proposta.

O **Sr. Vereador António Santos** entende que o munícipe, excecionalmente, deve falar, se não tiver resposta imediata fica condicionada. Esta é a sua proposta para solucionar o problema.

O Sr. Vereador Paulo Vicente abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ A propósito do atendimento público, referiu que não se pode andar ao sabor do vento, tem que haver regras, e quando os serviços enviam a agenda da reunião, à segunda-feira, já lá vai agendado o nome dos munícipes inscritos, tal como foi deliberado na altura. Em relação à situação que hoje se coloca, concorda com a proposta do Vereador António Santos.
- ⇒ Sobre a Ribeira das Bernardas, informou que foram reparados os passeios, replantadas novas árvores e retiradas as que obstaculizavam os passeios.
- ⇒ Em relação ao Ribeiro de S. Pedro vai verificar o que se passa, se são os agriões que estarão em cima das pedras ou se estas foram roubadas.

O Sr. Presidente respondeu às seguintes questões:

- ⇒ Elaboração do Regimento – informou que o Chefe da DJC só voltou hoje ao serviço, após doença, e esta semana não trabalhou no documento.
- ⇒ Espaço físico para os Vereadores – referiu que ninguém vai para o sótão, como disse o Vereador Aurélio Ferreira, uma vez que o espaço disponível se situa no 2.º andar e está a ser arranjado.
- ⇒ Quadro comunitário – questionou o Vereador António Santos, que abordou este assunto, sobre qual é que tinha sido o prejuízo para a Câmara relativamente ao último quadro, uma vez que, como referiu, a Câmara aproveitou todas as verbas que estavam ao seu alcance e até beneficiou de alguns valores de câmaras que não tinham capacidade para executar obras. Não foram feitas obras na Zona Industrial porque o espaço não era do Município e também não havia qualquer candidatura de fundos para construção de piscinas, por isso entende que a Câmara não deixou fugir nenhuma verba. Também nenhuma câmara fez variantes, porque não têm capacidade para tal e estas sempre foram executadas pelo poder central.
- ⇒ Divulgação das iniciativas – também entende que deve ser melhorada.
- ⇒ Informou que sexta-feira é inaugurado o circuito visitável do futuro Museu do Molde, e espera que a comunidade da indústria dos moldes esteja presente.
- ⇒ Informou ainda que sábado, depois do almoço, receberemos a visita de empresários que estão a trabalhar no NERLEI, e que virão à Marinha Grande visitar o Museu do Vidro e o circuito do Museu do Molde, pelo que convidou os presentes que estejam interessados a acompanhar esta visita.

O Sr. Vereador Carlos Logrado voltou à questão do atendimento ao público na reunião, referindo que leu a deliberação que foi tomada sobre o assunto e em nenhum momento foi dito que era feita a inscrição, pelo que aquilo que o Vereador Paulo Vicente afirmou é falso, e hoje as pessoas foram impedidas de se inscrever, porque não está escrito em nenhum lado que a inscrição é feita à sexta-feira.

O Sr. Presidente respondeu, dizendo que hoje, excecionalmente, aceita a intervenção do público presente que se manifeste nesse sentido.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que concorda com a proposta apresentada pelo Vereador António Santos, de que hoje, excecionalmente, se atenda o público presente. Contudo entende que está a ser feita uma interpretação abusiva do que está escrito, porque não se tem em consideração o espírito dos antecedentes que estão por detrás desta deliberação. Não se trata de violar os direitos de quem quer falar, mas manda o bom senso que assim seja, tem que haver regras e ponderação nas intervenções do público.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que o “bom senso” é um conceito muito elástico, que tudo permite.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** pediu ao Vereador Carlos Logrado que não o ofenda com a utilização de termos como os que utilizou, até porque já manifestou a sua opinião sobre o público falar hoje, e não anda ao sabor das conveniências.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Referiu, sobre a inscrição para o atendimento ao público, que estas são as regras estabelecidas, que têm uma fundamentação, que faz todo o sentido, pois se o munícipe pretende colocar um problema à Câmara e obter uma resposta concreta da Câmara obviamente tem que informar a Câmara e dar-lhe tempo para lhe responder. Só assim é sinónimo de eficácia, e é este o raciocínio que está por detrás da deliberação que foi tomada. Não está escrito que as inscrições são até à sexta-feira, mas tem que se dar tempo à Câmara, e neste momento é a regra que está definida. Se se pretende alterar façam-se as propostas, e não como o Sr. Vereador Logrado faz, que a determinado momento começa a insultar as pessoas, quando todos estão aqui para resolver os problemas do concelho.
- ⇒ Pronunciou-se sobre a disposição da mesa, dizendo que as reuniões da Câmara são entre o executivo, e todos os membros estão a trabalhar entre si para resolver os problemas do concelho, pelo que têm que se olhar nos olhos, e o público assiste, e não é por estarem de costas que o público não os ouve. Nos últimos quatro anos sempre assim foi. O executivo tinha duas reuniões por mês, uma era pública e a outra não, e na pública o público podia vir assistir, pelo que tem de se desmistificar a ideia de que só agora é que são abertas. Não estamos aqui para fazer “show off”.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que todas estas questões estariam resolvidas se já tivéssemos Regimento.

Após esta intervenção, o **Sr. Presidente** deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.

De seguida deu a palavra ao público interessado em intervir.

O **Sr. Aires Rodrigues** manifestou essa intenção, pelo que lhe foi dada a palavra.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Referiu que na qualidade de munícipe e utilizador do Centro de Saúde e do SAP, tem vindo a assistir à sua degradação, pelo que tem participado nas manifestações que se têm realizado. Cerca de 25% da população é utente daqueles serviços e não têm médico de família, verificando-se até a falta de equipamentos essenciais, como sejam as garrafas de oxigénio.

Mencionou uma reunião havida em 14/08/2013, em que o Sr. Presidente da Câmara se disponibilizou para participar nas obras de melhoria destes serviços e o Presidente da ARS teria dito que iria mandar uma delegação para verificar as necessidades, não tendo chegado qualquer resposta até agora. No passado mês realizaram uma manifestação, e é neste seguimento que continuam a exigir os cinco médicos de família para cerca de 10.000 utentes, a melhoria das condições, que são verdadeiramente terceiro mundistas, e vêm pedir à Câmara que seja alocada uma verba que permita abrir o caminho para se iniciarem as obras. Terminou dizendo que é este o sentido e objetivo da sua intervenção.

O **Sr. Presidente** informou que há uma proposta neste sentido, inscrita na ordem de trabalhos, e que será discutida na reunião de hoje.

Não havendo mais intervenções do público, o Sr. Presidente deu início à discussão dos assuntos incluídos na ordem do dia.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

1 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 24, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2013

1099 - Presente a ata n.º 24, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 14 de novembro de 2013, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 25, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2013

1100 - Presente a ata n.º 25, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 28 de novembro de 2013, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:00 horas às 11:10 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3 - REQ. N. 1978/13, DATADO DE 03/12/2013 – PC N.º 365/13, DATADO DE 04/10/2013 – CHAINS OF FUN – BAR, LDA.

1101 - Presente pedido com o registo n.º 1978/13, datado de 03/12/2013 relativo a alteração de uso de estabelecimento de bebidas para estabelecimento de diversão noturna, designado como “clube”, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19839 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16646, da freguesia e concelho da- Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 365/13, com data de entrada de 4/10/2013, apresentado por **Chains of Fun**, com o NIPC 509.097.820, com sede na rua da Juventude, n.º 35, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente processo antecedente, com o n.º 162/98, aprovado em reunião de Câmara de 25/03/1998, relativo à instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas, a que corresponde o alvará de licença de utilização n.º 04/99.

Presente informação técnica, datada de 5/12/2013, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a alteração de uso de estabelecimento de bebidas para estabelecimento de diversão noturna, designado como “clube”, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19839 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16646, da freguesia e concelho da- Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 365/13, com data de entrada de 4/10/2013, apresentado por Chains of Fun, com o NIPC 509.097.820, com sede na rua da Juventude, n.º 35, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2.- Cumprir os condicionalismos dispostos no parecer n.º 345 de 8 /08/2013 da Autoridade Regional de Saúde, que se transcrevem e passam a fazer parte integrante da presente deliberação:

“1 – (...) Seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável.

- 2.- O estabelecimento deve adotar métodos ou equipamentos que permitam assegurar a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras (n.º 5 do Art.º 5.º da Portaria n.º 215/11);*
- 3.- A ventilação mecânica referida, deve ser adequada e suficiente tendo em consideração as dimensões e funções dos espaços, e abranger todos os espaços interiores. Deve ser evitado o fluxo mecânico de ar de zonas contaminadas para zonas limpas. Os sistemas de ventilação devem estar construídos de forma a proporcionar um acesso fácil aos filtros e a outras partes que necessitem de limpeza ou de substituição (n.º 5, Cap.I Anexo II, Reg. N.º 852/2004, de 29 de abril);*
- 4.- Deve ser salvaguardada a ventilação adequada (renovação do ar) na zona da copa, considerando ser um espaço exíguo, fechado e sujeito a vapores;*
- 5.- Na copa, a torneira da cuba de lavagem deve ser acionada por sistema de comando não manual destinada à higienização das mãos (n.º 5 do Art.º 7.º da Portaria n.º 215/11) e deve ser prevista a existência de máquina de lavar a louça (n.º 9 do Art.º 7.º da Portaria n.º 215/11);*
- 6.- O lavatório da instalação sanitária do pessoal deve possuir sistema de acionamento de água não manual (n.º 2 do Art.º 8.º da Portaria n.º 215/11);*
- 7.- A abertura criada entre as instalações sanitárias do público para possibilitar iluminação natural, deve ser estanque;*
- 8.- Deve ser prevista a afixação das informações indicadas no artigo 14.º da Portaria n.º 215/11, em local destacado, pela entidade titular de exploração.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1826/13, DATADO DE 11/11/2013 – PC N.º 426/13, DATADO DE 11/11/2013 – ICEBEL-MAQ. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, LDA.

1102 - Presente pedido com o registo n.º 1826/13, datado de 11/11/2013 relativo a alteração e ampliação de uma unidade industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11152. e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16298, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 426/13, com data de entrada de 11/11/2013, apresentado por ICEBEL-MAQ. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, LDA., com o NIPC 501 735 283, com sede na Rua 1º de janeiro, n.º 53, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente processo antecedente, com o n.º 119/97, apresentado em nome de Marimetal, Metalomecânica Marinhense, Lda., cuja arquitetura foi deferida em reunião de Câmara de 6/03/1997, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 678/98 e o alvará de licença de utilização n.º 301/99, emitido a 24/11/99.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Presente informação técnica, datada de 5/12/2013, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

Informar, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 17º do Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei 169/2012, de 1 de agosto, ser viável o pedido relativo a alteração e ampliação de uma unidade industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11152 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16298, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por ICEBEL-MAQ.DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, LDA., com o NIPC 501 735 283, com sede na Rua 1ª de Janeiro, n.º 53, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, podendo o presente processo ser deferido com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos seguintes elementos:

a) Documento comprovativo de que efetuou a comunicação prévia com prazo relativa às alterações pretendidas junto da entidade coordenadora do licenciamento industrial (Ministério da Economia);

b) Projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1963/13, DATADO DE 29/11/2013 – PC N.º 432/13, DATADO DE 14/11/2013 – BOLLINGHAUS PORTUGAL-AÇOS ESPECIAIS, LDA.

1103 - Presente pedido com o registo n.º 1963/13, datado de 29/11/2013 relativo a **legalização de alterações efetuadas no conjunto edificado de uma indústria**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2925. e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 432/13, com data de entrada de 14/11/2013, apresentado por **BOLLINGHAUS PORTUGAL-AÇOS ESPECIAIS, LDA.**, com o NIPC 503 752 533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 9/12/2013 que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

relativo a legalização de alterações efetuadas no conjunto edificado de uma indústria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2925, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 432/13, com data de entrada de 14/11/2013, apresentado por BOLLINGHAUS PORTUGAL-AÇOS ESPECIAIS, LDA., com o NIPC 503 752 533, com sede na travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com o condicionalismo de apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1927/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 286/11, DATADO DE 27/07/2011 – SPORTING CLUBE MARINHENSE

1104 - Presente pedido com o registo n.º 1927/13, datado de 27/11/2013 relativo à **alteração de estabelecimento de bebidas**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15407 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 3750 e 5880, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 286/11, com data de entrada de 27/07/2011, apresentado por **SPORTING CLUBE MARINHENSE**, com o NIPC 501150544, com sede em Estrada de Leiria, n.º 111, lugar de Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 23/11/2011;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 29 de novembro de 2013, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidades apresentados em condições de serem deferidos.

Presente informação técnica, datada de 2 de dezembro de 2013, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 26.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo à **alteração de estabelecimento de bebidas**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15407 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 3750 e 5880, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 286/11, com data de entrada de 27/07/2011, apresentado por **SPORTING CLUBE MARINHENSE**, com o NIPC 501150544, com sede na estrada de Leiria, n.º 111, lugar de Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1875/13, DATADO DE 19/11/2013 – PC N.º 254/13, DATADO DE 05/08/2013 – JOANA RITA DA SILVA FERREIRA

1105 - Presente requerimento n.º 1875/13, datado de 2013/11/19, constante do processo camarário n.º 254/13, subscrito por JOANA RITA DA SILVA FERREIRA, com o NIF n.º 233723242, residente na Rua 1.º de Maio, lugar de Moita, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação*”**, incidente sobre um prédio rústico sito no gaveto da Rua 5 de Outubro com a Rua do Campo, lugar de Moita, freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 715 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 718 da referida freguesia de Moita, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 31/10/2013.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/09/24, propondo a aprovação dos projetos de especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “***Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação***”, incidente sobre um prédio rústico sito no gaveto da Rua 5 de Outubro com a Rua do Campo, lugar de Moita, freguesia de Moita, descrito e inscrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 715 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 718 da referida freguesia de Moita, com o número de processo 254/13, com data de entrada em 2013/08/05, apresentado por Joana Rita da Silva Ferreira, com o NIF n.º 233723242, residente na Rua 1.º de Maio, lugar de Moita,

freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
2. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua 5 de Outubro e Rua do Campo, com a largura de 1,60m e pavimentação da respetiva zona envolvente aos referidos arruamentos. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor.
3. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, promovendo o respetivo registo dessa deslocação no livro de obra.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 1890/13, DATADO DE 20/11/2013 – PC N.º 162/12, DATADO DE 06/06/2012 – CARLOS MANUEL GAMEIRO

1106 - Presente pedido de licenciamento de obra de alteração de edifício habitacional com dois pisos e dois fogos e legalização de um anexo complementar ao edifício principal, no prédio sito na Rua da Embra, n.º 65, lugar da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11200 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19570-P, da referida freguesia de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 162/12, com data de entrada 2012/06/06,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

apresentado por **CARLOS MANUEL GAMEIRO**, com o NIF 155724533, residente em Travessa do Jornal, n.º 6, lugar de Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de 2013/05/30;

Presentes termos de responsabilidade subscritos por técnico habilitado;

Presente parecer técnico, datado de 2013/11/28, que atesta encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido de licenciamento de obra de alteração de edifício habitacional com dois pisos e dois fogos e legalização de um anexo complementar ao edifício principal, no prédio sito na Rua da Embra, n.º 65, lugar da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11200 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19570-P, da referida freguesia de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 162/12, com data de entrada 2012/06/06, apresentado por CARLOS MANUEL GAMEIRO, com o NIF 155724533, residente em Travessa do Jornal, n.º 6, lugar de Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado em reunião de 2013/05/30 e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1910/13, DATADO DE 25/11/2013 – PC N.º 55/13, DATADO DE 04/032013 – RTJ PLÁSTICOS, S.A.

1107 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1910/13, datado de 25/11/2013, apresentado por **RTJ-PLASTICOS, S.A.**, com o NIPC 502 626 704, com sede na Rua da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, relativo ao processo n.º 55/13, a solicitar **o licenciamento de alterações em obra**, ao abrigo do **artigo 83.º** do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, referente à obra titulada sob o **alvará de licença de construção n.º 68/13**, para a **ampliação de uma unidade**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

industrial, válido até 4 de dezembro de 2013 e prorrogado até 4 de janeiro de 2014, em execução no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 369 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18720, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 28/11/2013, que atesta encontrarem-se os projetos de arquitetura e de especialidades relativos às alterações solicitadas em condições de merecer aprovação;

Presente processo antecedente, cuja arquitetura foi aprovada em reunião de Câmara realizada em 4/04/2013, tendo os projetos de especialidade respetivos sido aprovados em reunião de Câmara de 30/05/2013;

A Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos e para os efeitos do artigo 26.º do Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido apresentado por RTJ-PLÁSTICOS, S.A, com o NIPC 502 626 704, com sede na Rua da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, Embrá, freguesia e concelho da Marinha Grande,-relativo ao processo n.º 55/13, relativo ao licenciamento de alterações em obra, ao abrigo do artigo 83º do RJUE, referente à obra titulada sob o alvará de licença de construção n.º 68/13, para a ampliação de uma unidade industrial, válido até 4 de dezembro de 2013 e prorrogado até 4 de janeiro de 2014, em execução no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 369 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18720, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1973/13 , DATADO DE 02/12/2013 – PC N.º 124/13, DATADO DE 29/04/2013 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA E SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA

1108 - Presentes requerimentos n.º 1699/13 e n.º 1973/13 registados em 2013/10/21 e 2013/12/02, respetivamente, sob pedido de **licenciamento de obra de construção de moradia, anexo e muro de vedação**, no prédio, sito na Rua Vila Marinha, no lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15033, com 419 m2 inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8036 e 3.085,45 m2 inscritos na matriz predial rústica sob o n.º 2083, com o processo n.º 124/13, com data de entrada de 2013/04/29, apresentado por **ANA CATARINA BARROCA BATISTA**, com o NIF 221723773 e por **SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA**, com o NIF 214835138, residentes na Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassinós, freguesia de Marinha Grande e na Rua Mestre da Silva Roque, n.º 7, lugar de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, respetivamente, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2013/10/31;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos e acompanhados por declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

Presentes informações técnicas, datadas de 2013/11/11 e 2013/12/06, que atestam encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido de licenciamento de obra de construção de moradia, anexo e muro de vedação, no prédio sito na Rua Vila Marinha, no lugar de Picassin, freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15033, com 419 m2 inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8036 e 3.085,45 m2 inscritos na matriz predial rústica sob o n.º 2083, com o processo n.º 124/13, com data de entrada de 2013/04/29, apresentado por ANA CATARINA BARROCA BATISTA, com o NIF 221723773 e por SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA, com o NIF 214835138, residentes na Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande e na Rua Mestre da Silva Roque, n.º 7, lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande, respetivamente, com projeto de arquitetura aprovado em reunião de câmara de 2013/10/31 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98;

2- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.

O registo da deslocação no respetivo livro de obra é imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização;

3- A concessão da autorização de utilização fica condiciona à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada com registo do destaque;

4 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários;

5 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

11 - REQ. N. 1889/13, DATADO DE 20/11/2013 – PC N.º 395/13, DATADO DE 25/10/2013
– JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ

1109 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1889/13, datado de 2013/11/20, constante do processo camarário n.º 395/13, a solicitar o pedido de **licenciamento da obra de “construção de uma habitação unifamiliar”**, no prédio rústico sito na Rua do Caminho Velho, lugar de Machinha, freguesia de Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1708 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1835 da freguesia de Moita, concelho de Alcobaça, apresentado por **JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ**, com o NIF n.º 104155256, residente na Rua do Caminho Velho, n.º 12, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/12/03, que refere que o projeto de arquitetura apresentado não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento da obra de “construção de uma habitação unifamiliar”, no prédio rústico sito na Rua do Caminho Velho, lugar de Machinha, freguesia de Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1708 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1835 da freguesia de Moita, concelho de Alcobaça, com o número de processo 395/13, apresentado por JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ, com o NIF n.º 104155256, residente na Rua do Caminho Velho, n.º 12, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, bem como da informação técnica datada de 2013/12/03, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 4 do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por a proposta ser suscetível de manifestamente afetar a sua adequada inserção no ambiente urbano, face à desconformidade do alinhamento pretendido para o muro de vedação e passeio a executar junto da Rua do Caminho Velho, com o alinhamento existente do muro de vedação e passeio adjacentes ao prédio localizado a Norte.

Mais delibera informar o requerente que, caso venha a apresentar as devidas correções ao projeto de arquitetura em análise, o alinhamento do muro de vedação deverá garantir um afastamento mínimo de 5,00m ao eixo daquela via, paralelo a este, tendo como referência o preconizado no art. 60.º do Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais – Lei 2110/61, de 19 de agosto, sendo o passeio proposto, executado com uma largura de 1,60m, prevendo ainda a pavimentação da área sobránte entre o passeio e a estrada, para alargamento da rua, com uma estrutura de pavimento idêntica ao existente ou em calçada grossa com execução de valeta esbatida em calçada grossa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

12 - REQ. N. 1924/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 441/13, DATADO DE 26/11/2013 – VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO

1110 - Presente requerimento n.º 1924/13, datado de 2013/11/26, constante do processo camarário n.º 441/13, subscrito por VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO, com o NIF n.º 233933840, residente na Rua 10 de Junho, n.º 8, lugar de Moita, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua 10 de Junho, lugar de Moita, freguesia de Moita, descrito e inscrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 987 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 682 da referida freguesia de Moita.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/12/09, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua 10 de Junho, lugar de Moita, freguesia de Moita, descrito e inscrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 987 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 682 da referida freguesia de Moita, com o número de processo 441/13, com data de entrada em 2013/11/26, apresentado por VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO, com o NIF n.º 233933840, residente na Rua 10 de Junho, n.º 8, lugar de Moita, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2013/12/09, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, por o projeto de arquitetura violar, nos termos do n.º 1, alínea a) do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, as seguintes regras legais e regulamentares aplicáveis:

1 - Artigo 28.º, alínea a) do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, no que respeita à Servidão do Domínio Público Hídrico, decorrente da linha de água existente a Nascente do prédio, referenciada como Ribeira do Tremelgo, pelo facto dos muros de vedação propostos a Nascente do prédio, não respeitarem a área afeta à referida servidão.

2 - Artigo 20.º, n.º 2 do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, constante do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, referente às condicionantes ao uso do solo impostas pela faixa da Reserva Ecológica existente a Nascente do prédio, tendo em consideração as condições de execução propostas para os referidos muros, nomeadamente quanto às suas alturas, não se enquadrando no tipo de obras consideradas compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN, nos termos previstos no referido regime jurídico.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 885/13, DATADO DE 13/06/2013 – PC N.º 157/13, DATADO DE 22/05/2013 –
VANESSA ANDREIA FELICIANO E ROCHA**

1111 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 774/13 e n.º 885/13, datados de 22 de maio e de 13 de junho, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 157/13, a solicitar o licenciamento de obras de alteração e ampliação de uma moradia, sita na Rua da Aventura n.º 2, lugar da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, nos prédios com 128,00 m2, 236,50 m2 e 11.841,00 m2, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19389, n.º 7761 e n.º 10685 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.º 14435, n.º 3555 e na matriz predial rústica sob o n.º 10313, respetivamente, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por VANESSA ANDREIA FELICIANO E ROCHA, com o NIF 187144710, residente na Rua da Aventura, n.º 2, lugar da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande. Presente informação técnica, datada de 2013/11/25, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento de obras de alteração e ampliação de uma moradia, sita na Rua da Aventura n.º 2, lugar da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, nos prédios com 128,00 m2, 236,50 m2 e 11.841,00 m2, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19389, n.º 7761 e n.º 10685 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.º 14435, n.º 3555 e na matriz predial rústica sob o n.º 10313, respetivamente, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, com o n.º de processo 157/13, apresentado por VANESSA ANDREIA FELICIANO E ROCHA, com o NIF 187144710, residente na Rua da Aventura, n.º 2, lugar da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, bem como da informação técnica de 2013/11/25, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por violar as seguintes normas legais e regulamentares:

- a) O artigo 11.º n.º 1 alínea b) do Regulamento do PDMMG, por a alteração proposta (*planta de piso proposto - desenho 04*) resultar em cerca de 242 m2 de área bruta de construção, excedendo assim a área máxima de construção de 200 m2 para propriedades situadas em área não urbanizável, em espaço agro-florestal, com dimensão entre os 0,5 a 5 ha;
- b) O artigo 73.º do RGEU, por o quarto a construir apresentar a um lado do eixo vertical das janelas obstáculo à iluminação a distância inferior a 2 metros, e não garantir, em toda esta largura, o afastamento mínimo de 3 metros de qualquer muro ou fachada fronteiros.

Delibera ainda informar que a revisão do projeto deve ainda contemplar a apresentação de planta de implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno com a identificação cadastral dos prédios abrangidos e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1917/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 378/13, DATADO DE 14/10/2013 – JOSÉ SANTOS CRUZ

1112 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 1653/13 e n.º 1917/13, datados de 2013/10/14 e 2013/11/26, respetivamente, processo n.º 378/13, a solicitar o licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação realizadas na moradia sita na Rua da Olaria, lugar das Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentados por JOSÉ SANTOS CRUZ, com o NIF 161612288, residente na Rua da Olaria, n.º 47, lugar das Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 2013/12/05, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação realizadas na moradia sita na Rua da Olaria, lugar das Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por JOSÉ SANTOS CRUZ, com o NIF 161612288, residente na Rua da Olaria, n.º 47, lugar das Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como da informação técnica de 2013/12/05, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por o projeto de arquitetura apresentado violar as seguintes regras legais e regulamentares aplicáveis:

- 1- Artigo 5º n.º 10 do Regulamento do PDMMG – Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, por exceder o índice bruto de construção admissível para o terreno situado no Aglomerado Urbano da Trutas, em espaço urbanizável, de 0,25.**

2- Artigo 3º n.º 2 e n.º 3 do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto, por as alterações propostas para a instalação sanitária, parte delas decorrentes da redução da área do compartimento em cerca de 1,50 m2, originarem e agravarem a desconformidade com normas técnicas de acessibilidade aplicáveis.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- A justificação invocada pelo técnico de que em 1989 na sequência de uma retificação de áreas o requerente efetuou um novo registo para um mesmo prédio já registado, não é bastante para o necessário esclarecimento a prestar quanto à apresentação de Certidão da Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande de diferente prédio daquele para o qual foi licenciada a construção da moradia - PC n.º 1470/1997, com alvará de licença n.º 583/1998.

2- Encontra-se por demonstrar o licenciamento do muro existente confinante com a via pública.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1497/11, DATADO DE 22/07/2011 – PC N.º 269/11, DATADO DE 22/07/2011 – FERNANDO DO ROSÁRIO DA CRUZ NETO

1113 - Presente requerimento n.º 1497/11, datado de 2011/07/22, constante do processo camarário n.º 269/11, subscrito por FERNANDO DO ROSÁRIO DA CRUZ NETO e outro, NIF n.º 177354585, residente na Rua dos Francos, n.º 21, lugar de Amieira, freguesia de Marinha Grande, referente ao *“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”*, a incidir sobre um prédio rústico sito no lugar de Amieira, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15168 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2960 da freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/11/27, propondo o indeferimento da pretensão, dado que a área da parcela remanescente de 2305m2, não garante a área correspondente à unidade mínima de cultura fixada para a região.

Após análise do *“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”*, a incidir sobre um prédio rústico sito no lugar de Amieira, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15168 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2960 da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 269/11, apresentado por FERNANDO DO ROSÁRIO DA CRUZ NETO e outro, NIF n.º 177354585, residente na Rua dos Francos, n.º 21, lugar de Amieira, freguesia de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2013/11/27, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, dado a operação de destaque pretendida, não verificar a condição referida na alínea *b)* do n.º 5 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, visto a área da parcela remanescente (2305m²), não garantir a área correspondente à unidade mínima de cultura fixada para a região, estipulada pela Portaria n.º 202/70, de 21 de abril, ou seja a área de 2 (ha) tratando-se de terrenos de regadio com culturas arvenses e terrenos de sequeiro, e de 0,5 (ha) tratando-se de terrenos de regadio com culturas hortícolas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1705/13, DATADO DE 22/10/2013 – PC N.º 439/05, DATADO DE 17/06/2015 – JOSÉ ANTÓNIO MODERNO DAS NEVES

1114 - Presente processo de licenciamento número 439/05, com registo de entrada de 17/06/2005, em nome de **José António Moderno das Neves**, com o NIF 135907632, com residência em IC2, n.º 42, lugar de Matos da Ranha, freguesia de Vermoil, concelho de Pombal, referente à construção de edifício habitacional e comercial, levado a efeito num prédio urbano sito na Avenida Marginal, n.º 99, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do registo predial de Marinha Grande sob o n.º 4.624 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 1.109 e n.º 2.996, da respetiva freguesia, dispondo de alvará de autorização emitido em 13/06/2013, com o número 54/13.

Presente requerimento n.º 1705/13, datado de 22/10/2013, apresentado pelo titular do processo a solicitar a substituição da memória descritiva referente ao pedido de certificação de que o edifício, tal como foi licenciado, reúne as condições para ser submetido ao regime de propriedade horizontal.

Considerando que:

- Em 18/10/2013, a Câmara Municipal aprovou o projeto de alterações ao projeto de arquitetura anteriormente aprovado, referente à obra de construção de edifício habitacional e comercial, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida Marginal, n.º 99, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do registo predial de Marinha Grande sob o n.º 4.624 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 1.109 e n.º 2.996, da respetiva freguesia;

- Através do requerimento n.º 1705/13, datado de 22/10/2013, o titular do processo, José António Moderno das Neves, com o NIF 135907632, com residência em IC2, n.º 42, lugar de Matos da Ranha, freguesia de Vermoil, concelho de Pombal, solicitou a substituição da memória descritiva constante dos elementos entregues a coberto do requerimento n.º 848/11, datado de 21/04/2011, no âmbito do processo de licenciamento número 439/05, por ter detetado que a mesma continha dois erros materiais:

a) Relativamente à descrição da fração “A”, o valor relativo numérico constante da descrição não corresponde ao valor por extenso, sendo este último o valor correto;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

b) Relativamente à descrição da fração “C”, existe um erro de concordância no texto, no que diz respeito às confrontações, ao apresentar-se “dos lados sul”, em vez de “do lado sul”.

- Os aludidos erros materiais não alteram o conteúdo nem o sentido da deliberação camarária tomada na reunião de 18/10/2013.

A Câmara delibera:

ACEITAR a nova versão corrigida, apresentada pelo requerente, José António Moderno das Neves, com o NIF 135907632, com residência em IC2, n.º 42, lugar de Matos da Ranha, freguesia de Vermoíl, concelho de Pombal, a qual não altera o conteúdo material da vontade expressa na deliberação tomada na reunião camarária datada de 18/10/2013, e determina a anexação da referida versão ao processo de licenciamento número 439/05.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 425/12, DATADO DE 08/03/2012 – PC N.º 585/07, DATADO DE 26/09/2007 – CIDADÁLIA NEVES LUIS

1115 - Presente processo de licenciamento do projeto de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação a que foi atribuído o número de processo 585/07, registado em 26/09/2007, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Fonte 25 de Abril, n.ºs 40 a 42, lugar de Moinho de Cima, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.620, apresentado por Cidália das Neves Luís, com o NIF 164934960, com residência na Travessa 1.º de Maio, n.º 11, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo o projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 06/09/2012.

Presente informação técnica datada de 2013/11/25, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para apresentação dos projetos de especialidades, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

A Câmara Municipal analisou a referida informação e considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 06/09/2012, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação a que foi atribuído o número de processo 585/07, registado em 26/09/2007, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Fonte 25 de Abril, n.ºs 40 a 42, lugar de Moinho de Cima, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.620;
- A titular do processo de licenciamento Cidália das Neves Luís, com o NIF 164934960, com residência na Travessa 1.º de Maio, n.º 11, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo n.º 796/12, datado de 13/09/2012 e rececionado em 18/09/2012, sobre o deferimento do projeto de arquitetura do pedido de licenciamento formulado;

- O prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, para que sejam apresentados os projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da obra terminou em 18/03/2013;
- O prazo de suspensão previsto no n.º 6 do mesmo artigo e diploma legal terminou em 18/09/2013.

Delibera, NOTIFICAR a requerente, Cidália das Neves Luís, com o NIF 164934960, com residência na Travessa 1.ª de Maio, n.º 11, freguesia e concelho de Marinha Grande, para, nos termos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer sobre o projeto de declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação a que foi atribuído o número de processo 585/07, registado em 26/09/2007, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Fonte 25 de Abril, n.ºs 40 a 42, lugar de Moinho de Cima, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.620, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro tendo sido ultrapassado o prazo de suspensão do processo, previsto no n.º 6 do mesmo artigo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N.º 1975/13, DATADO DE 02/12/2013 – PC N.º 576/03, DATADO DE 18/07/2003 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.

1116 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 576/03, incidente sobre um prédio sito na Rua do Repouso, Lote 23, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.773 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.942, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por Leiriesperança – Construções, Lda., com o NIPC n.º 506778002, com sede na Rua da Fonte Velha, n.º 33, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por despacho do vereador do urbanismo datado de 07/01/2004.

Presente informação técnica datada de 03/12/2013, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

- Por despacho do vereador do urbanismo datado de 07/01/2004, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, incidente sobre um prédio sito na Rua do Repouso, Lote 24, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.772, freguesia de Marinha Grande e concelho de Marinha Grande.

-O anterior titular do processo de licenciamento Adelino Esperança Pereira, residente em Rua do Carreirinho, n.º 15, lugar de Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria, foi notificado pelo ofício nº 2084, datado de 27/11/2008, rececionado em 28/11/2011, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento em virtude de não ter concluído as obras no prazo estipulado na licença e respetivas prorrogações;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

- O novo titular do processo, Leiriesperança, Construções, Lda., vem requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

-Pressupõe o requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, face à anterior notificação enviada em 27/11/2008, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto no artigo 103.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando *“os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”*.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 372/04, emitido em 18/10/2004 e objeto de prorrogações, cuja validade terminou em 03/10/2008, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera declarar a caducidade do licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito na Rua do Repouso, Lote 23, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.772 da freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N.º 1975/13, DATADO DE 02/12/2013 – PC N.º 576/03, DATADO DE 18/07/2003 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

117 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 576/03, incidente sobre um prédio sito na Rua do Repouso, Lote 23, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.772, freguesia de Marinha Grande, apresentado por Leiriesperança – Construções, Lda., com o NIPC n.º 506778002, com sede na Rua da Fonte Velha, n.º 33, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por despacho do vereador do urbanismo datado de 07/01/2004.

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do RJUE Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, registado sob o requerimento n.º 1975/13, datado de 02/12/2013.

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 372/04, emitido em 18/10/2004 e objeto de prorrogações, cuja validade terminou em 03/10/2008, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 13/12/2013.

Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:

Conceder a licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, em virtude das obras de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 576/03, incidente sobre um prédio sito na Rua do Repouso, Lote 23, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.772, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos, atendendo à atual conjuntura económica, ao interesse manifestado pela firma requerente na conclusão da obra e posterior utilização do edifício, e ao impacte urbanístico negativo que um prédio inacabado/desocupado apresenta.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 1913 /13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 439 / 13, DATADO DE 26/11/2013 – EDUARDO ARMANDO DE MATOS CAPINHA LOPES E OUTRO

118 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1913/13 de 26/11/2013, apresentado por EDUARDO ARMANDO DE MATOS CAPINHA LOPES, com o NIF 155278975, com domicílio em Rua Capitão Leitão, n.º 46, Lisboa e EDUARDO AUGUSTO DE MATOS CAPINHA LOPES, com o NIF 201712458, com domicílio em Hotel Baia, Av. Dr. Agostinho Neto, Nova Marginal, Praia do Bispo, Luanda, Angola, a solicitar a autorização de utilização para o edifício (moradia), cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 944, de 1973, tendo

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

sido emitidos os alvarás de construção n.º 161, em 6 de maio de 1974, e n.º 238, datado de 6 de abril de 1974.

Presente parecer técnico datado 03/12/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Helena Lopes Vieira, São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de EDUARDO ARMANDO DE MATOS CAPINHA LOPES, com o NIF 155278975, com domicílio em Rua Capitão Leitão, n.º 46, Lisboa e EDUARDO AUGUSTO DE MATOS CAPINHA LOPES, com o NIF 201712458, com domicílio em Hotel Baia, Av. Dr. Agostinho Neto, Nova Marginal, Praia do Bispo, Luanda, Angola com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 1911/13, DATADO DE 25/11/2013 – PC N.º 251/13, DATADO DE 01/08/2013 – TECNIMOPLÁS - INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES

1119 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1911/13 de 25/11/2013, apresentado por TECNIMOPLAS – INDUSTRIA TECNICA DE MOLDES, LDA, com o NIPC 500280533, com sede em Rua de Leiria, n.º 200, lugar de Embrá, freguesia de concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício (destinado a instalação de unidade

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

industrial), objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito do processo n.º 251/13 e tituladas pelo alvará de obras de legalização n.º 127/13, emitido em 25/11/2013.

Presente parecer técnico datado 03/12/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua de Leiria, n.º 200, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de TECNIMOPLÁS – INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA, com o NIPC 500280533, com sede em Rua de Leiria, n.º 200, lugar de Embra, freguesia de concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 1626/13, DATADO DE 10/10/2013 – PC N.º 47/13, DATADO DE 22/02/2013 – NUNO MIGUEL CARPINTEIRO ANDRÉ

1120 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado complementarmente com o requerimento n.º 1616/13, datado de 10/10/2013 (referente ao pedido de emissão do alvará de construção), com uma grua, numa área de 5,00 m², para apoio na execução dos trabalhos referentes à obra de remodelação e ampliação de moradia e construção de anexo, a executar em Avenida do Farol, n.º 24, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho da Marinha Grande, licenciada no âmbito do processo n.º 47/13, apresentado por Nuno Miguel Carpinteiro André, para o qual foi emitido o alvará de obras n.º 123/13, emitido em 28/10/2013, dispondo de parecer técnico dos Serviços de Fiscalização, datado de 29/10/2013,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

a enquadrar devidamente a pretensão, considerando-a como legalização, em virtude do requerente já se encontrar a ocupar a via pública.

Presente processo referente ao referido pedido de licenciamento, com o número 47/13, registado em 22/02/2013.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres que sobre ela recaíram, a Câmara delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública, apresentado com o requerimento n.º 1616/13, datado de 10/10/2013, com uma grua, numa área de 5,00 m², para apoio na execução dos trabalhos referentes à obra de remodelação e ampliação de moradia e construção de anexo, a executar em Avenida do Farol, n.º 24, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho da Marinha Grande, por um período de 6 meses, devendo ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 2011/13, DATADO DE 09/12/2013 – PC N.º 187/08, DATADO DE 14/05/2008 – MARIA LUÍZA FERNANDES AGOSTINHO CASTANHEIRA COSTA E FLORA MARIA FERNANDES AGOSTINHO PASCOAL DE CARVALHO

1121 - Presente requerimento n.º 2011/13, datado de 2013/12/09, a solicitar a emissão da certidão relativa ao cumprimento dos requisitos para constituição em regime de propriedade horizontal, constante do processo camarário n.º 187/08, apresentado por Maria Luíza Fernandes Agostinho Castanheira Costa, com o NIF n.º 146373863, com residência na Rua do Brasil, n.º 217, 1.º andar, freguesia de Sé Nova, concelho de Coimbra, e Flora Maria Fernandes Agostinho Pascoal de Carvalho, com o NIF 151100462, residente em Avenida Marechal Gomes da Costa, n.º 1338, freguesia de Foz do Douro, concelho de Porto.

Presente requerimento n.º 711/12, datado de 2012/04/26, subscrito pelas requerentes supra identificadas, pelo qual foi apresentado projeto de alterações ao projeto de arquitetura relativo ao licenciamento da obra de “*Alteração e Ampliação de um Edifício de Habitação*”, sito no prédio urbano registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13547 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7182, da freguesia e concelho de Marinha Grande, localizado na Avenida do Farol, n.º 15, lugar de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24 de maio de 2012, contendo em anexo, elementos relativos à compatibilização dessas alterações, com os elementos inicialmente entregues relativos à certificação tendo em vista a constituição do edifício no regime de propriedade horizontal, nos termos previstos no artigo 1414.º e seguintes do Código Civil.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/12/09, propondo o deferimento da pretensão e a emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunido os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao regime de propriedade horizontal, nos termos previstos no artigo 1414.º e seguintes do Código Civil.

Após análise do processo relativo ao licenciamento da obra de ***“Alteração e Ampliação de um Edifício de Habitação”***, sito no prédio urbano registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13547 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7182, da freguesia e concelho de Marinha Grande, localizado na Avenida do Farol, n.º 15, lugar de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 187/08, com data de entrada em 2008/05/14, e ao pedido de emissão de certidão relativa ao cumprimento dos requisitos para constituição em regime de propriedade horizontal, constante do processo camarário n.º 187/08, apresentado por Maria Luíza Fernandes Agostinho Castanheira Costa, com o NIF n.º 146373863, com residência na Rua do Brasil, n.º 217, 1.ª andar, freguesia de Sé Nova, concelho de Coimbra, e Flora Maria Fernandes Agostinho Pascoal de Carvalho, com o NIF 151100462, residente em Avenida Marechal Gomes da Costa, n.º 1338, freguesia de Foz do Douro, concelho de Porto, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR e mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, uma vez que cumpre todos os requisitos legais previstos no artigo 1414.º e seguintes do Código Civil.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 1628/13, DATADO DE 10/10/2013 – PC N.º 91/04, DATADO DE 30/01/2004 – VECOGEST, LDA

1122 - Presente requerimento apresentado por Vecogest, Lda., com o NIPC 505668254, com sede em Estrada da Base Aérea 5, n.º 1398, lugar de Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, com registo de entrada n.º 1628/13, datado de 10/10/2013, constante do processo camarário n.º 91/04, a solicitar a devolução do valor da taxa que pagou, referente à emissão do alvará de licença de construção, respeitante ao pedido de **licenciamento da obra de “construção de edifício habitacional, garagens e muros”**, no prédio sito em Picassinós, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11930, em virtude da situação de crise económica não permitir executar a construção licenciada.

Presente alvará de licença de construção n.º 29/12, emitido em 28/06/2013, válido até 27/06/2014, em nome de Quinta das Nespereiras – Actividade Imobiliária e Construções, Lda, com o NIPC 503958182, com sede e, Rua Luís de Camões, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 2013/11/29, que refere que o pedido apresentado não pode ser atendido.

Após análise do pedido de devolução do valor da taxa referente à emissão do alvará de licença de construção, respeitante ao pedido de licenciamento da obra de **“construção de edifício habitacional, garagens e muros”**, no prédio sito em Picassinós, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11930, apresentado por Vecogest, Lda., com o NIPC 505668254, com sede em Estrada

da Base Aérea 5, n.º 1398, lugar de Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos e fundamentos do parecer que a seguir se transcreve:

“1- Do Direito

O artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, RJUE, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro determina que o “presidente da câmara municipal, com o deferimento do pedido de licenciamento, procede à liquidação das taxas, em conformidade com o regulamento aprovado pela assembleia municipal”.

As taxas das autarquias locais são, de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro que aprovou o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, tributos que:

1- Assentam na prestação concreta de um serviço público local;

2- Na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou,

3- Na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.

No caso objeto do presente parecer, as taxas cobradas pela concessão da licença e emissão do respetivo alvará constituíram a contrapartida pela atividade de controlo prévio da operação urbanística, por parte da Câmara Municipal (onde se inclui o trabalho técnico de apreciação do projeto de arquitetura, bem como os serviços de natureza burocrática executados no desenrolar do procedimento onde se inclui a emissão do respetivo alvará) e pela remoção de um obstáculo jurídico ao exercício do direito do particular de construir.

A desistência do processo por parte do promotor, bem como a alegação, por parte da requerente, de que não irá proceder à execução da obra, não têm qualquer efeito sobre o ato de licenciamento. Não sendo o ato de licenciamento eliminado da ordem jurídica, não há lugar à devolução das taxas pagas.

Abstemo-nos de nos pronunciar sobre a questão da legitimidade da requerente dado que a solução para o caso seria sempre a mesma, independentemente de quem formulasse o pedido.

2 – Das conclusões

- As taxas pagas no âmbito do processo 91/2004, em nome de Quinta das Nespereiras – Actividade Imobiliária e Construções, Lda, respeitantes ao licenciamento de um bloco habitacional, são a contrapartida dos serviços burocráticos prestados pela Câmara Municipal, nomeadamente pela emissão do alvará, bem como pelo levantamento do obstáculo jurídico ao exercício do direito do particular de construir.

- A desistência do processo por parte da promotora, bem como a alegação, por parte da requerente, de que não irá proceder à execução da obra, não têm quaisquer efeitos sobre o ato de licenciamento, nomeadamente a sua eliminação da ordem jurídica.

- A irrelevância dos factos mencionados não permite que as taxas cobradas sejam devolvidas, pelo que o pedido apresentado não pode ser atendido.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

**25 - REQ. N. 1949/13, DATADO DE 28/11/2013 – PC N.º 459/2013, DATADO DE 28/11/2013
– IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA.**

1123 - Presente pedido com o registo n.º 1949/13, datado de 28/11/2013 relativo a operação de destaque no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12783 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 16451, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por **IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMOVEIS, LDA.**, com o NIF/NIPC 504 038 079, com sede na rua da Feira, Bidoeira de Cima, freguesia de Bidoeira de Cima e concelho de Leiria.

Presente informação técnica, datada de 9/12/2013, que atesta encontrar-se o pedido devidamente instruído e reunidas as condições necessárias à emissão da certidão requerida.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

Mandar EMITIR a certidão requerida, relativa a operação de destaque no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12783 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 16451, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA., com o NIF/NIPC 504 038 079, com sede na rua da Feira, Bidoeira de Cima, freguesia de Bidoeira de Cima e concelho de Leiria, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 6º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por se verificarem cumpridas as condições expressas no n.º 4, devendo, nos termos do n.º 7, ambos do citado artigo 6º, ser registado o ónus de não fracionamento sobre as parcelas resultantes da operação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**26 - ALIENAÇÃO DO LOTE DE TERRENO EM VIEIRA DE LEIRIA - PERDA DO EFEITO DA
ARREMATACÃO E DO DIREITO AO SINAL PAGO**

Assunto retirado da ordem do dia, para melhor análise.

**27 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELA OCORRÊNCIA DO PASSADO DIA 3 DE AGOSTO
DE 2013, NO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – RESPONSABILIDADE CIVIL
EXTRA CONTRATUAL – ROSA MARIA VIDINHA LOURAÇO JUSTINIANO – APRECIACÃO E
DEFERIMENTO.**

1124 - Presente pedido de Rosa Maria Vidinha Louraço Justiniano (E/6196/2013), de 12 de agosto, a solicitar a indemnização dos danos causados na sua balança, na sequência da ocorrência do passado dia 3 de agosto no Mercado Municipal da Marinha Grande, juntando para o efeito fatura original da reparação.

Presente informação técnica com n.º de registo I/2146/2013, de 14 de outubro, na qual se apreciam os factos invocados pela requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública, propondo-se que o município da Marinha Grande indemnice a lesada, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação aludida, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 195,67€ (cento e noventa e cinco euros e sessenta e sete cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Rosa Maria Vidinha Louraço Justiniano, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por confirmada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais delibera informar a lesada, que para recebimento do montante desta indemnização, deverá comparecer pessoalmente na Tesouraria da Câmara Municipal munida do original do documento comprovativo do pagamento das despesas suportadas com a reparação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

1125 - O Sport Império Marinhense, o Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras e o Teatresco-Grupo de Teatro, solicitaram à Câmara Municipal a isenção do pagamento de taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

Spor Império Marinhense:

- Licença especial de ruído, para realização de “Noite de Karaoke”, no dia 28 de dezembro de 2013 das 21:00h às 02:00h;
- Licença especial de ruído, para realização do “Baile dos Reis”, no dia 4 de janeiro de 2014 das 21:00h às 02:00h;

Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras:

- Licença especial de ruído, para realização de “Festa Temática”, no dia 14 de dezembro de 2013 das 21:00h às 02:00h;

Teatresco – Grupo de Teatro:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

- Licença especial de ruído, para realização de “Feira de Trocas”, no dia 15 de dezembro de 2013 das 9:00h às 16:00h;
- Licença para eventos organizados em locais públicos, para realização de “Feira de Trocas”, no dia 15 de dezembro de 2013 das 9:00h às 16:00h;

Presentes informações nºs 107/AF, 108/AF e 109/AF de 9 de dezembro de 2013, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, **a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Sport Império Marinhense, o Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras e o Teatresco-Grupo de Teatro, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído e da licença para eventos organizados em locais públicos.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.

1126 - Presente a seguinte proposta:

“Presente informação nº1/2415/2013 de 5 de dezembro de 2013 do Gabinete de Atendimento ao Município que se transcreve:

“Através de requerimento datado de 26 de novembro de 2013, a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande vem requerer o alargamento dos horários de funcionamento para todos os estabelecimentos de restauração e bebidas do concelho da Marinha Grande, sócios da ACIMG, para as noites de 28, 29, 30, 31 de dezembro de 2013 e 01 de janeiro de 2014, até às 6h00, e a isenção das respetivas taxas. Sobre o mesmo cumpre informar:

O nº 3 do artigo 13º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande prevê a faculdade da Câmara Municipal alargar, em períodos determinados, os limites dos horários de funcionamento fixados, nomeadamente, na quadra natalícia.

Esta premissa, conforme dispõe o nº 1 do artigo 13º do citado Regulamento, está

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

condicionada à auscultação dos sindicatos, da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, das associações patronais, associações de consumidores e das Juntas de Freguesia e, cumulativamente, à observância dos seguintes requisitos:

*-Justificar-se por interesses ligados ao turismo ou outros devidamente fundamentados;
-Não constituir motivo perturbador da segurança, tranquilidade e repouso dos munícipes, devendo em todos os casos respeitar a legislação em vigor em matéria de ruído;
-Respeitar as características sócio culturais e ambientais da área em causa, bem como as condições de circulação e estacionamento.*

O pedido em apreço, integrado na comemoração de uma época festiva da população em geral, sustenta-se na possibilidade de dinamizar o comércio local com o objectivo de fomentar as vendas por forma a fazer face à atual crise que o comércio atravessa. E uma vez que persiste a obrigatoriedade de respeitar a legislação em vigor em matéria de ruído, não se vislumbra que a eventual autorização do alargamento de horário de funcionamento possa vir a contribuir para a perturbação da segurança, tranquilidade e repouso dos munícipes ou criar constrangimentos na circulação e estacionamento.

Relativamente ao pedido de isenção de taxas devidas pelo alargamento de horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais importa referir que, o artigo 63º n.ºs 1 e 2 da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande prevê o pagamento do valor de 99,04€ acrescidos de 50,00€ por cada dia de alargamento. Por outro lado, o artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, que estatui sobre as isenções e reduções de taxas municipais, não prevê qualquer norma que possibilite o enquadramento do presente pedido.”

Delibera _____(autorizar/não autorizar), ao abrigo do nº 3 do artigo 13º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande, o alargamento do horário de funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais - independentemente do ramo de atividade e de serem ou não sócios da Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande – até às _____ horas dos dias _____ de dezembro de 2013 e _____ de janeiro de 2014.

Mais delibera _____(isentar/não isentar) do pagamento das taxas devidas por esse alargamento e dar conhecimento do teor da presente deliberação às forças de segurança competentes – GNR de S. Pedro de Moel e de Vieira de Leiria e PSP da Marinha Grande.

Ao abrigo do nº1 do artigo 13º do citado regulamento, a presente autorização fica condicionada aos pareceres favoráveis do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, da Polícia de Segurança Pública da Marinha Grande, da Guarda Nacional Republicana de Vieira de Leiria e São Pedro de Moel, da DECO- Associação da Defesa do Consumidor, da ACIMG-Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande e da Junta de Freguesia da Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita.”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Depois de analisado o pedido e prestadas as explicações técnicas necessárias sobre o assunto, a Câmara Municipal delibera:

Autorizar, ao abrigo do nº 3 do artigo 13º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande, o alargamento do horário de funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais previstos no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do citado Regulamento, independentemente de serem ou não sócios da Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, até às 06:00 horas dos dias 28, 29, 30 e 31 de dezembro de 2013 e 01 de janeiro de 2014,

Mais delibera, independentemente do horário estabelecido através da mera comunicação prévia, autorizar o funcionamento dos estabelecimentos previstos no nº 1 do artigo 3º, até às 24 horas, durante a quadra natalícia.

Mais delibera isentar do pagamento das taxas devidas por esse alargamento e dar conhecimento do teor da presente deliberação às forças de segurança competentes – GNR de S. Pedro de Moel e de Vieira de Leiria e PSP da Marinha Grande.

Ao abrigo do nº 1 do artigo 13º do citado regulamento, a presente autorização fica condicionada aos pareceres favoráveis do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, da Polícia de Segurança Pública da Marinha Grande, da Guarda Nacional Republicana de Vieira de Leiria e São Pedro de Moel, da DECO- Associação da Defesa do Consumidor, da ACIMG-Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande e da Junta de Freguesia da Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - ALTERAÇÃO DOS POSTOS DE COBRANÇA NO GABINETE DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

1127 - A alínea a) do nº 1 do artigo 15º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, atribui à Divisão de Administração e Modernização (DAM) a competência para gerir e assegurar o relacionamento administrativo com o munícipe.

Por sua vez, estatui o artigo 17º do Regulamento, que compete ao Gabinete de Atendimento ao Munícipe, abreviadamente designado de GAM, subunidade orgânica integrada na DAM, promover a gestão comercial dos serviços de águas de consumo e de saneamento, assegurar a gestão dos procedimentos administrativos e financeiros de fornecimento de água para consumo humano, de recolha de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, assegurar o atendimento ao munícipe e tramitar os processos das áreas de taxas e licenças, rendas, espetáculos, entre outras, assim como garantir a realização das tarefas inerentes ao licenciamento e/ou registo em matéria de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

publicidade, de ocupação da via pública exceto para operações urbanísticas, elevadores, táxis, ruído e outros não especificados nem particularmente afetos a outros serviços.

Em 4 de abril de 2013, na sequência da entrada em vigor da nova estrutura orgânica e consequente aglutinação da área de águas e saneamento no GAM, e ao abrigo do n.º 1 do artigo 81.º da Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicada no n.º 185, da II série do Diário da República, doravante designada de Norma, a Câmara Municipal deliberou criar 8 postos de cobrança no GAM, no valor e sob a responsabilidade de cada um dos trabalhadores, da forma que se enumera:

Posto de Cobrança 1 - Almerinda Vidal Ferreira	50,00€;
Posto de Cobrança 2 - Maria João Filipe Coelho Rodrigues	80,00€;
Posto de Cobrança 3 - Sandra Marisa Ferreira Neto	80,00€;
Posto de Cobrança 4 - Dulce Manuela Paiva Bonita	80,00€;
Posto de Cobrança 5 - Regina Maria Joaquim Lameiras	80,00€;
Posto de Cobrança 6 - Florbela Gomes de Sousa	50,00€;
Posto de Cobrança 7 - Arminda Laura Macedo Martins Silvério Granja ...	50,00€;
Posto de Cobrança 8 - Elizabete Campos Silva	80,00€.

Com a cedência de interesse público da trabalhadora Maria de Fátima Malesso Cardoso à empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, houve necessidade de encetar algumas alterações na equipa do GAM, materializando-se pela transferência da trabalhadora Sandra Marisa Ferreira Neto do front office para o back office do GAM e pela integração da trabalhadora Dina Maria Ferreira Morgado Duarte, que até à data exercia funções na subunidade orgânica Expediente e Serviços Gerais, na equipa do front office.

Os postos de trabalho do front office têm inerente a constituição de postos de cobrança, correspondentes aos lugares de atendimento ao público e recebimento de valores. Além disso, os trabalhadores do back office têm de reunir condições para suprir as ausências e/ou auxiliar a afluência anormal de público. Em consequência, surge a necessidade encetar as devidas adaptações nos saldos e respetiva responsabilidade de alguns dos postos de cobrança.

Deste modo, ao abrigo da faculdade estatuída no n.º 2 do artigo 81.º da Norma, propomos que a Câmara Municipal aprecie e delibere:

- a) **A alteração da afetação do posto de cobrança 7 do GAM, até à data à responsabilidade da trabalhadora Arminda Laura Macedo Martins Silvério Granja, para a trabalhadora Dina Maria Ferreira Morgado Duarte, alterando-se o saldo à sua responsabilidade para o valor de 80,00€;**
- b) **A alteração do valor do posto de cobrança 3, à responsabilidade da trabalhadora Sandra Marisa Ferreira Neto, de 80,00€ para 50,00€.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

1128 - Na aplicação informática POCAL foram emitidas guias de receita que deverão ser anuladas pelos motivos que passamos a expor:

1-Foram emitidas guias de receita, relativamente à ocupação de lugares do mercado municipal da Marinha Grande, quando a requerente informou antecipadamente que, por motivo de doença, se encontrava impossibilitada do exercício da venda.

- Guia de receita nº 14456/2 de 08-10-2012, no valor de 19,68€ em nome de Arlete Lopes Letra;
- Guia de receita nº 15675/2 de 30-10-2012, no valor de 19,68€ em nome de Arlete Lopes Letra;
- Guia de receita nº 17038/2 de 22-11-2012, no valor de 19,68€ em nome de Arlete Lopes Letra;
- Guia de receita nº 19523/2 de 27-12-2012, no valor de 19,68€ em nome de Arlete Lopes Letra;
- Guia de receita nº 2013/2 de 21-01-2013, no valor de 19,68€ em nome de Arlete Lopes Letra;

2-Foram emitidas em duplicado as guias de receita nº 15418/2 de 03-09-2013 em nome de Rodrigo Manuel Oliveira Marques Gonçalves, no valor de 5,25€ e a guia de receita nº 16375/2 de 13-09-2013 em nome de Miguel Pereira Henriques, relativas à alimentação escolar do mês de Setembro/2013.

Pelos fundamentos de facto apresentados, as guias de receita identificadas deverão ser anuladas uma vez que não traduzem a existência de uma dívida.

Face à justificação apresentada, a Câmara Municipal da Marinha Grande delibera anular as guias de receita.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - CONSTRUÇÃO DE JAZIGO

1129 - Presente requerimento de Maria Isabel Morais Martins, titular do direito de concessão das sepulturas perpétuas nº 757 e 757-A do Cemitério da Marinha Grande, a solicitar nas referidas parcelas a edificação de um jazigo.

Nos termos do artigo 49º do Regulamento dos Cemitérios Municipais, foi instruído requerimento dirigido ao Presidente da Câmara acompanhado do projeto da obra com os elementos exigíveis no artigo 50º do referido Regulamento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Após análise técnica do pedido e uma vez que estão preenchidos os requisitos previstos no artigo 52º do Regulamento, foi proferido parecer favorável pela Divisão de Ordenamento do Território.

A Câmara Municipal ao abrigo da competência prevista na alínea qq) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 12 do artigo 3º do citado Regulamento, delibera autorizar a construção de um jazigo no Cemitério da Marinha Grande a edificar nos terrenos das sepulturas perpétuas nºs 757 e 757-A.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE RUI MANUEL SOARES CUNHA, RESIDENTE NA AVENIDA DA LIBERDADE BLOCO M 1.º DTO - CASAL DE MALTA - POR MORTE DO PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO: LEONEL VIEIRA CUNHA.

1130 - Presente requerimento de Rui Manuel Soares Cunha com o registo de entrada n.º 9495/2013, a solicitar a transmissão do direito de arrendamento, por morte do primitivo arrendatário do fogo;

Presente informação n.º 2379 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 3 de dezembro do corrente ano, referente ao pedido de transmissão do direito de arrendamento, efetuado pelo requerente mencionado em epígrafe.

Considerando que, Leonel Vieira Cunha, era arrendatário do Município da Marinha Grande;

Considerando que, o requerente, Rui Manuel Soares Cunha, seu irmão, com ele residia já há vários anos em comunhão de mesa e habitação;

Considerando que, o titular do contrato de arrendamento faleceu a 20 de novembro do corrente ano, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor: *“ A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para pessoa que com ele residisse em economia comum, há mais de um ano.”*

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista nas alíneas prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome de Rui Manuel Soares Cunha.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Delibera ainda que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Rui Manuel Soares Cunha, contribuinte fiscal número 194 144 658.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 1.º DIREITO DO BLOCO M, SITO NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA – RUI MANUEL SOARES CUNHA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

1131 - Presente informação n.º 2391 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 4 de dezembro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social em epígrafe.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro.

Avenida da Liberdade:

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/13 (OUT.º)	RENTA/14 (JAN.º)
Rui Manuel Soares Cunha	M	1.º Dto	01/10/2010	61,85€	20,85€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 20,85€ (vinte euros e oitenta e cinco cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de janeiro do próximo ano civil.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE ÍRIA DOS ANJOS DA SILVA MARQUES DUARTE, RESIDENTE NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 1 RÉ-DO-CHÃO ESQUERDO - CASAL DE MALTA - POR MORTE DO PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO: ALBINO VITÓRIA DUARTE

1132 - Presente requerimento de Anabela da Silva Duarte, filha do falecido titular do contrato de arrendamento mencionado em epígrafe, com o registo de entrada n.º 9071, datado de 13 de novembro do corrente ano, a solicitar a transmissão do direito de arrendamento, para o nome de sua mãe, cônjuge sobrevivente.

Presente informação n.º 2373 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D. -datada de 3 de dezembro do corrente ano, referente ao pedido de transmissão do direito de arrendamento, efetuado pela filha do primitivo arrendatário.

Considerando que, Albino Vitória Duarte, arrendatário do Município da Marinha Grande, desde 1974, era casado com Íria dos Anjos da Silva Marques Duarte;

Considerando que, o mesmo faleceu a 29 de outubro do corrente ano, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 1106 do Código Civil: “ **O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário, quando lhe sobreviva cônjuge com residência no locado** ou pessoa que com o arrendatário vivesse no locado em união de facto e há mais de um ano”.

Considerando por último, a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, na qual se refere que: “ *A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para cônjuge com residência no locado...*”

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome do cônjuge sobrevivente, Íria dos Anjos da Silva Marques Duarte.

Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Iria dos Anjos da Silva Marques Duarte, contribuinte fiscal número 125 682 794.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. ÁREA DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

1133 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara, de 25 de julho e 6 de setembro de 2013, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, conforme o disposto na alínea m) n.º 2 artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte da entidade beneficiária, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios;

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo;

Assim, a Câmara Municipal de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
OPEN – ASSOCIAÇÃO PARA OPORTUNIDADES ESPECÍFICAS DE NEGÓCIO	SEMANA DO EMPREENDEDORISMO	506125890	2.000,00€	2013/A/123

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra pelas seguintes razões:

Referente à atribuição de apoios financeiros decorrentes das candidaturas de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, à OPEN, Casa Sport Lisboa e Benfica da Moita e Marinha Grande, Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, é importante ter em conta:

- a) A atribuição de um subsídio, sem prejuízo do enquadramento no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, deve estar fundamentada, ou seja, indicar quais os critérios que estiveram na base da atribuição de um apoio a uma entidade x ou y. Da informação que me foi disponibilizada não se depreende que estão garantidos os princípios de igualdade e imparcialidade na atribuição destas verbas.*
- b) Porque motivo estas propostas apenas são apreciadas agora em reunião, referindo-se a eventos que já passaram (a Semana do Empreendedorismo foi em Maio; 25 de Abril) ? Não será de repensar o modelo de atribuição destes apoios de modo a que sejam facultados antes da realização dos eventos permitindo uma maior organização e planeamento às associações?*
- c) Se houve um processo de candidaturas a este tipo de apoios não tem que haver um serviço técnico que analise as candidaturas; que emita um parecer; que verifique se a instituição reúne os requisitos; que ateste que a candidatura está de acordo com o Regulamento; que acompanhe e fiscalize se o montante atribuído será utilizado para o fim a que se destina? Não é o executivo agora que o vai analisar, certo? Quem ficará responsável pelo ónus de uma atribuição que levanta este tipo de dúvidas, em quem recairá a responsabilidade financeira deste acto?*

- d) *Conforme me foi enviado, o processo tudo leva a crer que a margem de discricionariedade é total, ou seja, parece que o critério foi “porque sim” se atribui 2.000,00€ à instituição A e “porque não” se atribui a mesma quantia à instituição B. E porque não 3.000,00€ ou 1.000,00€ ?*

Sobre esta matéria é importante ainda clarificar que sou favorável a uma política de apoio ao associativismo, que expressa um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Contudo, as propostas aqui expressas não permitem perceber esta lógica de administração.

Sem critério, podemos continuar a falar de livre arbítrio, ou seja, não se percebe a razão, nem o montante, nem o momento.

Por estas razões entendo votar CONTRA.”

37 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 3.ª FASE. ÁREA DESPORTIVA

1134 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara de 25 de julho e 6 de setembro de 2013, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam seleccionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio dos tempos livres e desporto, conforme o disposto na alínea f) n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, designadamente nos domínios do desporto, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA DA MOITA E MARINHA GRANDE	FESTIVAL HÍPICO	508144329	500,00€	2013/A/111

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades beneficiárias, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º, do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra pelas seguintes razões:

Referente à atribuição de apoios financeiros decorrentes das candidaturas de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, à OPEN, Casa Sport Lisboa e Benfica da Moita e Marinha Grande, Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, é importante ter em conta:

- a) A atribuição de um subsídio, sem prejuízo do enquadramento no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, deve estar fundamentada, ou seja, indicar quais os critérios que estiveram na base da atribuição de um apoio a uma entidade*

- x ou y. Da informação que me foi disponibilizada não se depreende que estão garantidos os princípios de igualdade e imparcialidade na atribuição destas verbas.*
- b) Porque motivo estas propostas apenas são apreciadas agora em reunião, referindo-se a eventos que já passaram (a Semana do Empreendedorismo foi em Maio; 25 de Abril) ? Não será de repensar o modelo de atribuição destes apoios de modo a que sejam facultados antes da realização dos eventos permitindo uma maior organização e planeamento às associações?*
- c) Se houve um processo de candidaturas a este tipo de apoios não tem que haver um serviço técnico que analise as candidaturas; que emita um parecer; que verifique se a instituição reúne os requisitos; que ateste que a candidatura está de acordo com o Regulamento; que acompanhe e fiscalize se o montante atribuído será utilizado para o fim a que se destina? Não é o executivo agora que o vai analisar, certo? Quem ficará responsável pelo ónus de uma atribuição que levanta este tipo de dúvidas, em quem recairá a responsabilidade financeira deste acto?*
- d) Conforme me foi enviado, o processo tudo leva a crer que a margem de discricionariedade é total, ou seja, parece que o critério foi “porque sim” se atribui 2.000,00€ à instituição A e “porque não” se atribui a mesma quantia à instituição B. E porque não 3.000,00€ ou 1.000,00€ ?*

Sobre esta matéria é importante ainda clarificar que sou favorável a uma política de apoio ao associativismo, que expressa um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Contudo, as propostas aqui expressas não permitem perceber esta lógica de administração.

Sem critério, podemos continuar a falar de livre arbítrio, ou seja, não se percebe a razão, nem o montante, nem o momento.

Por estas razões entendo votar CONTRA.”

38 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 3.ª FASE. ÁREA CULTURAL

1135 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara de 25 de julho e 6 de setembro de 2013, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da cultura, conforme o disposto na alínea e) n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, designadamente nos domínios da cultura, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1.º DE JANEIRO	COMEMORAÇÕES 25 DE ABRIL	501623051	500,00€	2013/A/87

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades beneficiárias, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º, do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra pelas seguintes razões:

Referente à atribuição de apoios financeiros decorrentes das candidaturas de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, à OPEN, Casa Sport Lisboa e Benfica da Moita e Marinha Grande, Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, é importante ter em conta:

- a) A atribuição de um subsídio, sem prejuízo do enquadramento no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, deve estar fundamentada, ou seja, indicar quais os critérios que estiveram na base da atribuição de um apoio a uma entidade x ou y. Da informação que me foi disponibilizada não se depreende que estão garantidos os princípios de igualdade e imparcialidade na atribuição destas verbas.*
- b) Porque motivo estas propostas apenas são apreciadas agora em reunião, referindo-se a eventos que já passaram (a Semana do Empreendedorismo foi em Maio; 25 de Abril) ? Não será de repensar o modelo de atribuição destes apoios de modo a que sejam facultados antes da realização dos eventos permitindo uma maior organização e planeamento às associações?*
- c) Se houve um processo de candidaturas a este tipo de apoios não tem que haver um serviço técnico que analise as candidaturas; que emita um parecer; que verifique se a instituição reúne os requisitos; que ateste que a candidatura está de acordo com o Regulamento; que acompanhe e fiscalize se o montante atribuído será utilizado para o fim a que se destina? Não é o executivo agora que o vai analisar, certo? Quem ficará responsável pelo ónus de uma atribuição que levanta este tipo de dúvidas, em quem recairá a responsabilidade financeira deste acto?*
- d) Conforme me foi enviado, o processo tudo leva a crer que a margem de discricionariedade é total, ou seja, parece que o critério foi “porque sim” se atribui 2.000,00€ à instituição A e “porque não” se atribui a mesma quantia à instituição B. E porque não 3.000,00€ ou 1.000,00€ ?*

Sobre esta matéria é importante ainda clarificar que sou favorável a uma política de apoio ao associativismo, que expressa um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Contudo, as propostas aqui expressas não permitem perceber esta lógica de administração.

Sem critério, podemos continuar a falar de livre arbítrio, ou seja, não se percebe a razão, nem o montante, nem o momento.

Por estas razões entendo votar CONTRA.”

Após a votação dos pontos 36, 37 e 38, o **Sr. Vereador Vítor Pereira** interveio, referindo que algumas das questões colocadas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira são pertinentes, porque não conhece o que vinha do anterior executivo. Há uma situação em que são coincidentes: o repensar do modelo de atribuição de apoios. Há um regulamento para esta atribuição, que na altura levantou dúvidas dos anteriores Vereadores da CDU, e nesse âmbito houve apresentação de candidaturas, foram apreciadas por um júri, que tomou a sua decisão. Na altura teceram críticas a esse processo, mas o procedimento avançou, com a seleção das candidaturas, que teve na sua análise critérios de igualdade e oportunidade, e este foi o resultado. Não há aqui deficiências. Os processos são analisados pelos serviços e instruídos com todos os documentos necessários, de acordo com todos os documentos que foram exigidos pela última inspeção financeira ao Município. Coloca-se a questão: porque só vêm agora à reunião? Porque as entidades ainda não tinham completado o processo com a junção dos documentos necessários, que muitas vezes só ocorre com grande pressão dos serviços.

Referiu que agora há que mudar a prática, alterar regulamentos, estando convencido que até março se possa estudar a situação, uma vez que já recolheu todos os regulamentos e protocolos, e gostaria que antes de atribuir os novos apoios a situação já estivesse alterada.

39 - PROPOSTA APRESENTADA PELO SR. VEREADOR CARLOS LOGRADO

1136 - Presente a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Carlos Logrado:

“Proposta a Votação

Reunião Ordinária do Executivo Camarário
Reunião 12 de Dezembro 2013

1- Introdução / Contextualização

Considerando a preocupante carência de meios humanos no Centro de Saúde da Marinha Grande, que se traduzem na falta de médicos e enfermeiros, deixando sem médico de família 10.000 dos seus utentes que, para tentarem conseguir uma consulta são obrigados a permanecer à porta do Centro de noite e de madrugada.

Considerando a péssima imagem de abandono e negligência transmitida pelo estado de degradação em que se encontram as suas instalações, conferindo uma total ausência de atratividade para que aqui se fixem profissionais de saúde.

Considerando o descontentamento generalizado da população, que se organizou numa Comissão de Utentes, a qual tem agido ativamente junto das entidades competentes, procurando por todos os meios que o Centro de Saúde seja dotado dos meios técnicos e humanos que permitam prestar à comunidade cuidados de saúde que respondam às suas necessidades.

Considerando o apoio a estas reivindicações claramente expresso pelo Sr. Presidente da Câmara, quer em manifestações de utentes, quer quando da reunião realizada em Coimbra, em 14-08-2013, integrando uma delegação da Comissão de Utentes do Centro

de Saúde, em que reafirmou perante o Sr. Presidente da A.R.S do Centro, que a autarquia se disponibilizaria a participar em metade dos custos com as obras para o Centro de Saúde.

Apoio igualmente manifestado pela restante vereação, nomeadamente na última ação de protesto ("Abraço Luminoso ao Centro de Saúde"), que teve lugar em 26 de Novembro passado.

2- Justificação

Face à constatação da falta de vontade e de disponibilização de meios por parte da entidade responsável pelo Centro, que é a Administração regional de Saúde (A.R.S.) do Centro, não se pode deixar arrastar a resolução deste problema, que é premente e preocupante, pois trata-se do direito elementar a cuidados de saúde.

É tempo de passarmos das palavras e dos gestos simbólicos para as ações concretas, reiterando perante os munícipes, a vontade de agir proactivamente para que o Centro de Saúde da Marinha Grande possa prestar um serviço que responda às necessidades da sua população.

3- Enquadramento legal

Não querendo retirar às entidades competentes a sua responsabilidade, nem pretendendo substituir-se ao papel da A.R.S do Centro, não nos parece existir impedimento legal em que a autarquia contribua materialmente para a resolução deste problema.

Podendo configurar-se várias formas de colaboração por parte do município, a que se nos afigura mais eficaz será a comparticipação material nas obras de adaptação e melhoria das instalações para a implementação de Unidades de Saúde Familiar (USF) ou Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP).

4- Proposta a votação

Proponho que seja contemplada no Orçamento para 2014 uma rubrica para a comparticipação nas obras a efetuar no Centro de Saúde, no valor de 150.000,00€

Este valor tem como referência o montante já anteriormente calculado para obras de implementação de USF's no referido Centro.

Carlos Logrado".

Após a apresentação da proposta verificaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que por uma questão prática assina por baixo, mas há uma questão formal, porque se trata de um edifício estadual e a Câmara não pode atribuir verbas ao Estado. Mas entende que compete à Câmara, por todos os meios ao seu alcance, persuadir o Governo a fazer obras. Sobre a proposta tem dúvidas sobre a sua legalidade.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que esta proposta foi utilizada por um munícipe que tentou condicionar e influenciar, até manipular, a decisão dos Vereadores. Disse que sempre agiu de acordo com a sua opinião e a legalidade, independentemente das intervenções. A Câmara tem o dever de olhar por aquele equipamento, fazendo parcerias, mas entende que neste momento não pode porque seria entrar num domínio que não lhe pertence, só se for enquadrado no âmbito de um protocolo. Lembrou o caso da candidatura efetuada com a APA para o estuarino, em que só a partir da aprovação e assinatura do protocolo de colaboração é que a Câmara pôde intervir. Esta proposta é uma forma de populismo com que não concorda e por isso não vai votar a favor.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que independentemente da nossa vontade de intervir e de resolver os problemas existentes, não podemos, para já, intervir numa estrutura que é do poder central. Depois, a verba que é proposta não tem como base qualquer projeto sólido para a sua aplicação. Tanto quanto sabe o Presidente da Câmara já interveio junto do poder central para o estabelecimento de algumas parcerias, porque tanto quanto sabe isto é candidatável, e aí sim, a verba que não foi financiada é que a Câmara pode partilhar mediante celebração de um protocolo de colaboração. Entende que as ações a desenvolver devem passar pela Comissão de Utentes, e não devem ser partidárias, porque a Comissão é composta por gente de muitos partidos, e deve ser a própria Comissão a não aceitar essa partidária. Vê estas situações como “espertezas”, razão pela qual, tendo em conta os motivos apontados, não é favorável à proposta, mas é favorável a que haja uma intervenção de todo o executivo, de modo a contactar a ARS para que ela se candidate a fundos comunitários, numa candidatura sustentada de acordo com as necessidades. Por outro lado, e em primeiro lugar, colocar a verba no orçamento é ilegal, e em segundo lugar não conduziria a nada, é uma medida meramente populista, que não esclarece as pessoas.

O **Sr. Presidente** referiu que é ilegal colocar esta verba no orçamento, questionando o porquê do valor de 150.000€. Relativamente à reunião de 14/08/2013, referiu que depois de o Presidente da Câmara ter dito que as condições eram terceiro mundistas, o Presidente da ARS disse que estaria na disposição de fazer uma candidatura, mas foi informado de que não haveria verba para as obras na Marinha Grande. A haver candidatura, e não tendo a ARS verba, a Câmara, por si, defenderia colaborar com uma verba, porque no passado a Câmara não quis participar, embora entenda que neste caso o deve fazer. O Presidente da ARS terá dito que na candidatura a parte da ARS seria de 300.000€, e que ele iria tentar encontrar metade, daí os 150.000€, que agora estarão a ser utilizados nesta proposta. Mas para atribuir esta verba quer ver os projetos, pois as obras têm que criar melhores condições não só para médicos como para todo o atendimento, razão pela qual está na disposição de numa revisão ao orçamento incluir esta verba.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** declarou que vota contra a proposta e faz suas as palavras do Vereador Vítor Pereira, referindo que não percebe bem de quem é a proposta, se do Vereador Carlos Logrado, do + Concelho ou da Comissão, daí ser irresponsável esta apresentação.

Terminada a sua intervenção, ausentou-se da reunião, eram 13:00 horas, pois tinha que estar presente num julgamento, às 13:45 horas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que por se tratar de uma situação tão delicada tem que ser gerida dessa forma. Todas as iniciativas que melhorem as condições das populações são bem-vindas, as formas é que nem sempre são as mais corretas. Neste caso a causa, o motivo, que é o mau funcionamento dos serviços e não haver médicos, é bom, mas a forma não, pois as ações não deverão ser avulsas mas concertadas com quem tem poder para o fazer. Este assunto tem que ser resolvido politicamente, e a Câmara tem que ser pioneira na resolução do problema, discutindo com as entidades de saúde, porque este problema é semelhante ao de outros concelhos e que às vezes demoram anos a resolver. Percebe agora a razão dos 150.000€, mas tem de ser assumido num projeto, e nessa situação deverão sempre contar consigo, e não em projetos desgarrados, até porque não há garantias de que a ARS comparticipa e de que resolve o problema da falta de médicos e enfermeiros e de equipamentos básicos. Entende que deve ser dado todo o conforto ao Presidente da Câmara, devendo esta situação ser assumida por todos, Câmara e ARS, com a elaboração de um projeto comum, que envolva as instituições e todos aqueles que tenham boa vontade e queiram participar. Só nestas condições está de acordo.

O **Sr. Presidente** disse que as obras não garantem a vinda de médicos, mas sem elas não há Unidades de Saúde Familiar – USF's. Mas mesmo com a colaboração da Câmara, há determinadas coisas que não podem ser garantidas, por pertencerem ao Ministério da Saúde, que atualmente, na sua opinião, tem o pior ministro dos últimos anos, no que se refere ao ataque ao Sistema Nacional de Saúde. Se se partir do pressuposto de que primeiro têm que se fazer as obras para que se consiga a vinda de mais médicos, teremos uma obra que custaria 1.000.000€, a comparticipação seria de 700.000€, sobrando 300.000€, nos quais a Câmara comparticiparia com 150.000€.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado**, autor da proposta, referiu que esta tem tudo, desde desgarrada até outros adjetivos que foram utilizados. O montante proposto não tem nada que ver com o que o Presidente disse, até acha estranho e ousado que se tenha atrevido a justificar o valor da sua proposta. Considera que este é um assunto de extrema importância para o Município, porque afeta directamente as populações, e porque o Município, ao longo do tempo, não se tem imposto no sentido de os problemas serem resolvidos.

Relativamente à proposta que apresentou, propôs que se separe o conteúdo da forma, analisando-se o seu conteúdo. Há uns tantos anos foram criadas as USF's e foram olhadas pelos profissionais de saúde de forma desconfiada. Para o nosso concelho seriam criadas 5 USF's, que garantiriam o número de médicos e enfermeiros necessários. Em 2009 um deputado do distrito até anunciou a criação de 1 USF mas não se veio a concretizar, dizendo-se que a sua não instalação se devia à má vontade dos profissionais de saúde, o que se veio a verificar que não era verdade, pois tinham prontas a ser implementadas, em 2012, 2 USF's. Com os problemas económicos do País o Estado não estaria em condições financeiras de corresponder à sua instalação. Na altura defendia estas USF's, ainda defende, mas talvez agora existam outras soluções. Este valor que aponta tem muito pouco a ver com o Centro de Saúde, ou talvez nada, e ele serve para canalizar para outras necessidades. As 2 USF's não foram implementadas por não haver instalações físicas e não haver verba (cerca de 300.000€ para fazer as obras necessárias). Este valor que propõe é uma base de partida para que a ARS tome a sério a intervenção da Câmara. A proposta não

tem nada a ver com a Comissão, nem foi preparada com, apenas pretende complementar todos os esforços, não pretende dividir a Comissão nem o executivo, apenas quer deixar de dar razão à ARS para “sacudir a água do capote” e todos os argumentos que tem utilizado para não resolver os problemas do Centro de Saúde do nosso concelho.

Noutros concelhos, quando há ações estruturadas e impostas de forma veemente, têm-se conseguido implementar, ao logo do País, USF's. Para isto é preciso que tenhamos verba inscrita. Como inscrevê-la? E como fazer obras em prédios que não são do Município? Há situações destas por esse País fora, e resolvem-se. Referiu o caso da Resinagem, afirmando que se fez obra em prédio que não era da Câmara (o Vereador Paulo Vicente manifestou o seu espanto por esta afirmação), para justificar que quando se quer encontram-se soluções. No que se refere à forma da proposta, admitiu que pode ter falhas, mas o que conta é o seu conteúdo, e ele é importante. Deveremos juntar vozes à Comissão de Utentes e levar à ARS a vontade de instalar as USF's no concelho, pelo que é fundamental afetar a verba, que será um sinal à comunidade de que se quer fazer, liderar o processo, de forma a “pressionar” a ARS a pôr a máquina a funcionar, a avançar e a resolver o problema.

Terminou a sua intervenção pedindo a todos que revejam a sua posição, pois esta proposta não tem como propósito final dividir, mas sim contribuir de uma forma decisiva para a resolução do problema de saúde da Marinha Grande, que vai muito além das próprias instalações físicas.

O **Sr. Presidente** disse que nunca viu qualquer projeto no valor de 300.000€.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** respondeu que o projeto em concreto não conhece, mas houve a análise detalhada de uma ala do Centro de Saúde para a instalação das 2 USF's, com o empenho dos profissionais de saúde, apesar de o Ministério da Saúde ter pouco ou nenhum interesse em implementar estas USF's.

O **Sr. Presidente** referiu que historicamente a situação não corresponde ao que o Vereador disse, pois uma das USF's era constituída por pessoas de fora, e nunca ouviu falar de 5 USF's para o concelho, o que seria demasiado bom. Terminou dizendo que desde há muitos anos que tem a mesma posição, diferente de anteriores Presidentes de Câmara e Vice-Presidentes, que não disponibilizavam 1€ para o Centro de Saúde, e está disposto a manter a sua palavra e a pedir uma reunião com o Presidente da ARS.

Posta à votação, a proposta foi rejeitada, com 6 votos contra e 1 voto a favor.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei contra a proposta porque, no momento e forma com que é apresentada, encerra um oportunismo político inqualificável com o qual não pactuo tanto mais que estamos numa área de competência legal da Administração Central - Ministério da Saúde. Sou favorável à contratualização com o Ministério da Saúde das melhores condições físicas do Centro de Saúde em que a Câmara possa participar financeiramente na melhoria dessas condições. Essa contratualização deve abranger o compromisso do Ministério da Saúde de dotar o Centro de Saúde e suas extensões dos recursos físicos, financeiros e humanos para a prestação dos melhores cuidados de saúde a que os municípios têm direito”.

Esta declaração foi subscrita pelo Sr. Presidente.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra pelo facto de ser uma acção avulsa, sem concertação, sem enquadramento num projecto concreto e abrangente, que não garante per si, aquilo que os cidadãos necessitam que é uma melhoria nos cuidados de saúde na Marinha Grande e que se resolva a falta de médicos de família”.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Assino por baixo a petição, que é boa para os marinhenses, mas não vejo enquadramento legal para aplicação da mesma verba.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei contra a proposta apresentada porque na sua essência não resolve qualquer tipo de problema dos utentes do Centro de Saúde da Marinha Grande. Além da ilegalidade da proposta teremos sempre que ter em consideração a exequibilidade da mesma. Se a proposta não tem possibilidade de aplicação prática não passará de uma manobra de diversão. Sugiro ao órgão Presidente da Câmara que encete as diligências necessárias junto da ARS no sentido de se ponderar a possibilidade desta entidade concorrer a fundos comunitários que ajudem a resolver as enormes carências do nosso Centro de Saúde. Manifesto a disponibilidade da CDU para colaborar na resolução deste problema e manifesto igualmente a disponibilidade para viabilizar um qualquer apoio financeiro que permita resolver a situação.”

40 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia onze de dezembro de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **3.595.353,29 €** (três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e cinquenta e três euros e vinte e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1137 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

- 41. REQ. N. 1235/13 , DATADO DE 08/08/2013 – PC N.º 253/10 , DATADO DE 13/12/2010 – ILIDIO PEREIRA DA COSTA CANAS**

42. REQ. N. 1980/13 , DATADO DE 03/12/2013 – PC N.º 643/05 , DATADO DE 31/08/2005 – FERNANDO FERREIRA BARBEIRO
43. REQ. N. 1981/813 , DATADO DE 03/12/2013 – PC N.º 10/13, DATADO DE 07/01/2013 – JOÃO CARLOS DOS ANJOS LOPES
44. REQ. N. 2017/13 , DATADO DE 09/12/2013 – PC N.º 453/13 , DATADO DE 09/12/2013 – RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA
45. REQ. N. 1852/13 , DATADO DE 13/11/2013 – PC N.º 701/06 , DATADO DE 31/08/2005 – JOAQUIM ALVES DA CRUZ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

41 - REQ. N. 1235/13 , DATADO DE 08/08/2013 – PC N.º 253/10 , DATADO DE 13/12/2010 – ILIDIO PEREIRA DA COSTA CANAS

1138 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1235/13 de 08/08/2013, em nome de ILIDIO PEREIRA DA COSTA CANAS, com o NIF 109214161, residente em Rua Fonte dos Ingleses, n.º 14, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 253/10.

Presente parecer técnico datado 11/12/2013, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 5 do artigo 65.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na RUA FONTE DOS INGLESES, N.º 14, LUGAR DE ENGENHO, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de ILIDIO PEREIRA DA COSTA CANAS, com o NIF 109214161, residente em Rua Fonte dos Ingleses, n.º 14, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - REQ. N. 1980/13 , DATADO DE 03/12/2013 – PC N.º 643/05 , DATADO DE 31/08/2005 – FERNANDO FERREIRA BARBEIRO

1139 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1980/13 de 03/12/2013, em nome de FERNANDO FERREIRA BARBEIRO, com o NIF 109509544, residente em Rua D. Fernando I, n.º 12, 1.º, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 643/05.

Presente parecer técnico datado 11/12/2013, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na RUA D. FERNANDO I, N.º 12, RÉS-DO-CHÃO, S. PEDRO DE MOEL, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de FERNANDO FERREIRA BARBEIRO, com o NIF 109509544, residente em Rua D. Fernando I, n.º 12, 1.º, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

**43 - REQ. N. 1981/813 , DATADO DE 03/12/2013 – PC N.º 10/13, DATADO DE 07/01/2013 –
JOÃO CARLOS DOS ANJOS LOPES**

1140 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1981/13 de 03/12/2013, de em nome de JOÃO CARLOS DOS ANJOS LOPES, com o NIF 113644582, residente em Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 10/13.

Presente parecer técnico datado 11/12/2013, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na RUA JOAQUIM TOMÉ FETEIRA, n.º 58, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de JOÃO CARLOS DOS ANJOS LOPES, com o NIF 113644582, residente em Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**44 - REQ. N. 2017/13 , DATADO DE 09/12/2013 – PC N.º 453/13 , DATADO DE 09/12/2013 –
RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA**

1141 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 2017/13 de 09/12/2013, em nome de RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA, com o NIF 122517946, residente em Rua Professor Gilberto Correia Roseiro, n.º 35, 1.º, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a fração “B” do edifício cuja construção foi

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

titulada pelo alvará de licença de construção n.º 845, emitido em 03/07/1985, com alterações efetuadas ao abrigo do processo de licenciamento n.º 70/93, para o qual foi emitido o alvará de licença de construção n.º 363/93, datado de 07/06/1993.

Presente parecer técnico datado 11/12/2013, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Professor Gilberto Correia Roseiro, n.º 35, rés-do-chão (fração “B”), freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, propriedade de RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA, com o NIF 122517946, residente em Rua Professor Gilberto Correia Roseiro, n.º 35, 1.º, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - REQ. N. 1852/13 , DATADO DE 13/11/2013 – PC N.º 701/06 , DATADO DE 31/08/2005 – JOAQUIM ALVES DA CRUZ

1142 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1852/13 de 13/11/2013, em nome de JOAQUIM ALVES DA CRUZ, com o NIF 140491856, residente em Rua Guilherme Pereira Roldão, n.º 27, R/C, lugar de Salgueiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 701/06.

Presente parecer técnico datado 28/11/2013, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/12/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

O Presidente

A Secretária da reunião